



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA POLÍTICA

SILVIA JAQUELINE DA SILVA SANTOS

A REPRESENTAÇÃO POLÍTICA DA JUVENTUDE NA ARENA ELEITORAL:
Uma avaliação comparativa do perfil sociopolítico dos candidatos às Câmaras de Vereadores
nos municípios brasileiros

Belém – Pará
2024

SILVIA JAQUELINE DA SILVA SANTOS

A REPRESENTAÇÃO POLÍTICA DA JUVENTUDE NA ARENA ELEITORAL:
Uma avaliação comparativa do perfil sociopolítico dos candidatos às Câmaras de Vereadores
nos municípios brasileiros

Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade Federal do Pará como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre em Ciência Política.

Área de Concentração: Ciência Política

Orientador: Prof. Dr. Carlos Augusto da Silva Souza

Belém - Pará
2024

SILVIA JAQUELINE DA SILVA SANTOS

A REPRESENTAÇÃO POLÍTICA DA JUVENTUDE NA ARENA ELEITORAL:
Uma avaliação comparativa do perfil sociopolítico dos candidatos às Câmaras de Vereadores
nos municípios brasileiros

Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade Federal do Pará como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre em Ciência Política.

Área de Concentração: Ciência Política

Orientador: Prof. Dr. Carlos Augusto da Silva Souza

Julgada e aprovada em: ____/____de 2023

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Carlos Augusto da Silva Souza (Orientador)
Universidade Federal do Pará

Prof. Dr. Rodrigo Dolandeli dos Santos (Examinador interno)
Universidade Federal do Pará

Prof. Dra. Arleth Santos Borges (Examinadora externa)
Universidade Federal do Maranhão

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus, por me ter dado a oportunidade e a energia necessária para chegar até aqui e por me permitir prosseguir.

Agradeço aos meus antepassados, especialmente à minha avó materna Maria do Rosário, aos meus pais biológicos Maria das Graças e Jacques Jocimar e aos adotivos Ana Lúcia e Manoel Pedro, pelo apoio moral e financeiro. Sem eles, este projeto não teria sido executado.

Ao meu amado filho Cristiano M. de A. S. Filho, por me motivar a aprender. Ao meu colega de curso Pedro Almeida, pelo incentivo e pela inspiração.

Agradeço também a todos os colaboradores da Universidade Federal do Pará (UFPA), do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (IFCH) e do Programa de Pós-Graduação em Ciência Política (PPGCP), especialmente a Delice Macedo, às Professoras Doutoras Maria Dolores da Silva e Eugênia Cabral, bem como aos Professores Doutores Bruno Rubiatti, Rodrigo Dolandeli e Murilo Junqueira, pela oportunidade, pela inspiração e pelas orientações fundamentais para a conclusão do curso e para a elaboração deste trabalho.

Agradeço especialmente ao meu professor e orientador, Dr. Carlos Augusto da Silva Souza, pela oportunidade, pela paciência e pelas orientações que fizeram deste trabalho o nosso trabalho.

Nossa geração teve pouco tempo
começou pelo fim
mas foi bela a nossa procura
ah! moça, como foi bela a nossa procura
mesmo com tanta ilusão perdida
quebrada,
mesmo com tanto caco de sonho
onde até hoje a gente se corta.

Alex Polari

(Militante da Vanguarda Popular Revolucionária (VPR)
que lutou contra a ditadura militar brasileira.
Foi preso e torturado aos 20 anos de idade)

RESUMO

Este trabalho objetiva analisar o perfil sociopolítico de candidatos jovens, utilizando como estudo de caso as eleições realizadas nos anos de 2016 e 2020, nos diversos municípios que compõem a geografia política do Brasil. O objetivo consiste em examinar o perfil dos candidatos jovens em comparação com o de candidatos não jovens, com base nas seguintes variáveis: gênero, raça, escolaridade, estado civil e ideologia partidária. Para efeitos comparativos, a pesquisa utiliza os dados do Tribunal Superior Eleitoral relativos aos resultados das eleições de 2016 e 2020, avaliando apenas os eleitos. A metodologia de investigação foi amparada nos procedimentos derivados da estatística descritiva, que permite estabelecer associações entre variáveis a partir dos valores absolutos e percentuais existentes nos marcadores de diferenciação entre jovens e não jovens. A pesquisa concluiu que existem diferenças significativas entre os jovens vereadores em relação aos candidatos de outras faixas etárias, o que indica que está havendo mudanças no perfil sociopolítico dos eleitos ao longo da transição geracional do país observada nas últimas décadas.

Palavras-chave: participação política da juventude; eleições municipais; perfil sociopolítico de candidatos jovens.

ABSTRACT

This work aims to analyze the sociopolitical profile of young candidates, using as a case study the elections held in 2016 and 2020, in the various municipalities that make up the political geography of Brazil. The objective is to examine the profile of young candidates in comparison with that of non-young candidates, based on the following variables: gender, race, education, marital status and party ideology. For comparative purposes, the research uses data from the Superior Electoral Court relating to the results of the 2016 and 2020 elections, evaluating only those elected. The research methodology was supported by procedures derived from descriptive statistics, which allow establishing associations between variables based on the absolute values and percentages existing in the differentiation markers between young people and non-young people. The research concluded that there are significant differences between young councilors in relation to candidates from other age groups, which indicates that there are changes in the socio-political profile of those elected throughout the country's generational transition observed in recent decades.

Keywords: youth political participation; municipal elections; sociopolitical profile of young candidates

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Variação percentual dos candidatos e eleitos para os cargos de vereador no transcurso da eleição de 2016 para 2020 no Brasil, por faixa etária declarada	43
Tabela 2 – Taxa de sucesso dos candidatos e eleitos para os cargos de vereador por faixa etária declarada (2016 e 2020)	45
Tabela 3 – Distribuição percentual dos candidatos jovens e não jovens por gênero	47
Tabela 4 – Distribuição percentual dos jovens e não jovens eleitos por gênero (2016 e 2020)	48
Tabela 5 – Taxa de sucesso dos candidatos e eleitos jovens e não jovens para o cargo de vereador no Brasil por gênero (2016 e 2020)	49
Tabela 6 – Distribuição percentual dos jovens e não jovens eleitos por raça (2016 e 2020)	50
Tabela 7 – Distribuição percentual dos jovens e não jovens eleitos por escolaridade (2016 e 2020)	52
Tabela 8 – Distribuição percentual dos jovens e não jovens eleitos por escolaridade e raça (2016 e 2020)	53
Tabela 9 – Distribuição percentual de jovens e não jovens eleitos por estado civil (2016 e 2020)	55
Tabela 10 – Distribuição percentual dos jovens eleitos por estado civil e raça (2016 e 2020)	56
Tabela 11 – Distribuição percentual dos jovens e não jovens eleitos por ideologia partidária (2016 e 2020)	57
Tabela 12 – Distribuição percentual dos jovens eleitos por ideologia partidária e raça (2016 e 2020)	58

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	9
Capítulo 2 - JOVEM: UMA CATEGORIA SOCIAL.....	13
2.1. A condição de ser jovem.....	13
2.2. O jovem como interveniente no processo de redemocratização do Brasil: afirmações sobre o seu protagonismo.....	17
2.3. Etapas para formação do perfil de candidatos jovens.....	21
2.3.1 Socialização política de jovens.....	21
2.3.2. O jovem enquanto minoria.....	24
2.3.3. A inclusão de jovens no processo de recrutamento e seleção política.	26
Capítulo 3 - A PARTICIPAÇÃO POLÍTICA DA JUVENTUDE NO BRASIL.....	31
3.1. O envelhecimento populacional e o sistema político.....	31
3.2. Diferença entre participação de jovens e não jovens.....	33
3.3. O jovem enquanto candidato no processo eleitoral.....	36
Capítulo 4 - A REPRESENTAÇÃO POLÍTICA DA JUVENTUDE NA ARENA ELEITORAL: uma avaliação do perfil dos vereadores nas eleições de 2016 e 2020.....	41
4.1. Aspectos Metodológicos do Estudo.....	41
4.2. A participação da juventude no processo eleitoral.....	42
4.3. Taxa de sucesso das candidaturas jovens em relação a outros grupos etários.....	44
4.4. Perfil sociopolítico da representação da população jovem.....	45
4.4.1. Diferenças entre os jovens a partir do gênero.....	45
4.4.2. Diferenças entre os jovens a partir da raça.....	49
4.4.3. Diferenças entre os jovens a partir da Escolaridade.....	50
4.4.4. A interseccionalidade entre raça e Escolaridade.....	52
4.4.5. Diferenças entre os jovens a partir do Estado Civil.....	54
4.5.6. Diferenças entre os jovens a partir da Ideologia Partidária.....	56
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	59
6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	62

1. INTRODUÇÃO

Entender como participante de uma sociedade plural a juventude, que apresenta demandas, interesses e valores completamente diferentes de outros grupos sociais, é fundamental para a democracia na atualidade. Nesse sentido, na medida em que os jovens aumentam o seu grau de participação no processo político, seja como eleitores, seja como candidatos, aumenta a possibilidade de terem suas demandas consideradas na produção de políticas públicas por parte dos agentes governamentais.

Há uma grande divergência na literatura sobre o significado de “ser jovem”. Isso porque os jovens não são um grupo homogêneo. Na perspectiva de Morales (2015), os “jovens” enquanto categoria de análise devem ser interpretados a partir de determinado contexto, histórico, social, econômico e/ou político.

Para Abramovay, Castro e Waiselfisz (2015), dependendo de sua inserção no ambiente sociopolítico de cada momento histórico, os jovens assumem diferentes formas de perceber o mundo. Por essa razão, muitos autores têm dado ênfase à combinação dos termos “juventude” e “juventudes”, o que ressalta a importância tanto de singularizar o jovem, enquanto parte de uma geração e de um período histórico, quanto de considerar as ambiências sociais e os sistemas de identidades nos quais diferentes jovens circulam.

Essa necessidade deve-se ao fato de haver diversas “juventudes”, e os pesquisadores devem estar atentos a essa “diversidade” para evitar o risco de camuflar ou mesmo de confundir os processos de desigualdades sociais. Por essa razão, torna-se importante combinar, no campo sociopolítico, da educação, da produção de políticas públicas ou mesmo do ativismo e da organização política, diversas abordagens, considerando que existem distintos tipos de sujeitos jovens.

Na perspectiva de Souza e Santos (2019), independentemente da complexidade do tema, os jovens atualmente estão mais atentos às transformações sociopolíticas que podem afetar a sua vida. Isso resulta da universalização da educação, que possibilitou o aumento da escolarização e uma maior diversificação da profissionalização. Essas mudanças, produzidas por ações afirmativas mais inclusivas, fizeram com que os jovens se tornassem mais informados e, conseqüentemente, mais engajados nos processos políticos e no mercado de trabalho, o que os levou a querer participar de forma mais ativa das decisões governamentais que podem afetar a sua vida presente e futura.

Além disso, segundo ainda Souza e Santos (2019), o jovem tem conseguido um aliado importante no processo de inclusão na esfera política, pois as diversas tecnologias da informação colocadas à sua disposição têm permitido uma maior diversificação dos canais de

comunicação, o que resultou na maior liberdade de expressão, que tem possibilitado aos jovens conectar-se com o mundo e com diferentes contextos sociais. Em consequência, a juventude ganhou condições objetivas para se expressar, emitindo opiniões e alterando comportamentos e valores presentes na sociedade. Como diz Santos (2010 *apud* Souza; Santos, 2019), “nas sociedades atuais os jovens passaram a se tornar cada vez mais interventivos e vão tomando consciência da necessidade de intervir na escolha daqueles que vão definir coisas fundamentais para o seu futuro”.

Por outro lado, há ainda escassez de estudos que procuram interpretar a participação de jovens no processo eleitoral à luz de fatores políticos, socioeconômicos, delineando o perfil sociopolítico desse segmento e sua relação com as mudanças geracionais, definidas com base em diversas variáveis, como raça, escolaridade, gênero, ideologia partidária, entre outras.

Nesse sentido, o problema de pesquisa que pretendemos resolver ao longo da investigação parte do seguinte questionamento: **Qual o perfil sociopolítico de candidatos jovens em comparação com candidatos não jovens na composição da representação política para as Câmaras de vereadores nos municípios brasileiros?**

Para responder ao problema proposto, a pesquisa construiu uma hipótese geral e seis hipóteses complementares, a partir do cruzamento das seguintes variáveis: faixa etária, gênero, raça, escolaridade, estado civil e ideologia partidária.

Parte-se da hipótese geral de que, em comparação com as gerações precedentes, a maior proporção dos jovens eleitos apresenta um perfil determinado pelas seguintes características: gênero masculino, raça branca, maior escolarização, solteiros e eleitos predominantemente por partidos de direita.

Quanto às hipóteses complementares, podem ser assim formuladas:

- a) entre os eleitos, os jovens estão sub-representados em relação aos não jovens;
- b) as mulheres jovens estão sub-representadas em relação aos homens jovens;
- c) os jovens negros e negras encontram mais dificuldades para ter acesso à representação política nas Câmaras Municipais do que os jovens brancos;
- d) os jovens negros e negras apresentam padrões de escolaridade inferiores aos dos jovens brancos;
- e) os jovens são em sua maioria solteiros em relação aos não jovens, e os jovens negros apresentam mais dificuldades para contrair matrimônio do que os jovens brancos;
- f) os jovens negros elegem-se predominantemente por partidos de esquerda em relação aos jovens brancos.

A partir do problema e das hipóteses de investigação, a pesquisa determinou o objetivo

geral e os objetivos específicos.

O objetivo geral desta pesquisa é: identificar a existência de mudanças no perfil dos jovens na esfera da representação política em relação ao segmento não jovem, utilizando-se como estudo de caso as eleições de 2016 e 2020 para as Câmaras Municipais do Brasil.

Os objetivos específicos são os seguintes:

- a) avaliar a existência de diferenças no perfil das candidaturas de jovens e não jovens com base nas variáveis gênero, escolaridade e estado civil;
- b) verificar diferenças entre jovens e não jovens com base na dimensão racial das candidaturas;
- c) verificar a relação entre a ideologia partidária e a eleição de jovens na esfera municipal.

Para construir evidências, do ponto de vista metodológico, a pesquisa recorreu aos dados constantes da base de dados do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) relativos às eleições de 2016 e 2020 para o cargo de vereador em todos os municípios brasileiros.

Na organização dos dados, priorizaram-se apenas os candidatos eleitos, utilizando-se como variáveis de diferenciação os seguintes marcadores: raça, gênero, estado civil, idade, escolaridade, partido dos candidatos e ideologia partidária.

O modelo de análise adotado para a análise dos dados foi baseado no método descritivo de natureza exploratória, que permite estabelecer relações de proporcionalidade entre os valores observados nas variáveis de investigação, de forma a identificar a ocorrência de discrepâncias ou convergências entre as variáveis selecionadas e a verificar se as diferenças encontradas apresentam alguma relevância explicativa no perfil dos jovens eleitos, a partir da comparação entre jovens e não jovens.

Considerando que ainda não há um diagnóstico preciso das variáveis determinantes formadoras do perfil do candidato jovem brasileiro, este trabalho pretende acrescentar informações que possam colaborar para o melhor entendimento do fenômeno tanto para a academia quanto para a classe política e a categoria estudada.

O trabalho divide-se em três capítulos, além desta introdução e da conclusão. O primeiro capítulo versa sinteticamente sobre o jovem como categoria social e descreve suas principais características segundo as visões da ciência política, da sociologia e da psicologia. Descreve também, de forma sintética, o seu protagonismo no processo de redemocratização ocorrido nos últimos anos da década de 80 do século XX no Brasil, bem como as etapas consideradas necessárias para elaborar o perfil de candidatos habilitados à participação política em processos eleitorais formais.

No segundo capítulo, buscou-se fazer um resumo do conceito de participação política, com abordagens que tratam da questão geracional e da diferença entre a participação política do jovem e a das demais faixas etárias habilitadas a participar.

No terceiro capítulo, apresenta-se o desenho da pesquisa, destacando-se a metodologia de investigação e a base de dados. Faz-se ainda a descrição e a análise dos dados sobre o perfil das candidaturas jovens municipais no Brasil nos anos de 2016 e 2020, procurando-se relacionar os resultados com as hipóteses levantadas no estudo.

Por fim, espera-se que este estudo traga contribuições relevantes para o entendimento das mudanças geracionais observadas na política eleitoral, examinando-se se essas mudanças permitem compreender o tipo de representação que se observa na esfera local.

2. JOVEM: UMA CATEGORIA SOCIAL

Este capítulo tem como objetivo conceituar o jovem como categoria social, utilizando-se como ferramenta a soma de perspectivas teóricas e institucionais. Adicionalmente, evidenciam-se sinteticamente alguns pontos de destaque do seu protagonismo histórico e reivindicador no cenário político brasileiro, tendo como base o período tido como o da redemocratização do Brasil. Descreve-se ainda o que se acredita ser o processo basilar, necessário para a formação do perfil de pessoas jovens habilitadas a se candidatar nos processos eleitorais.

Considera-se necessário esse tipo de construção visto que ela estrutura o entendimento do que significa ser jovem, permite compreender como essa categoria tem sido construída historicamente e identificar as diversas abordagens que conformam a juventude, especialmente nas ciências humanas.

2.1 A condição de ser jovem

A geração examinada nesta análise é conhecida como geração Y¹, da qual fazem parte os jovens adultos. Para Nunes e Weller (2003), esses jovens adultos, mesmo dotados de plena capacidade física e intelectual, podem ter dificuldades para alcançar a sua autonomia econômica e social, visto que existe uma fluidez na realidade objetiva, que é indutora de desestabilização e de incertezas. As transformações em curso causadas por essa fluidez acabam por alterar a vida social e as vidas individuais das pessoas, especialmente daquelas que fazem parte da população economicamente ativa (PEA)², forçando-as a se tornarem flexíveis, adaptando-se à flexibilização do mercado de trabalho, da economia e da sociedade. Cabe, contudo, questionar, se essa flexibilização realmente acontece entre os jovens enquanto pretensos políticos.

Existem muitas abordagens que tentam responder a esse questionamento, e este trabalho também pretende contribuir nessas análises, visto que o fenômeno da participação política implica também o enquadramento de indivíduos – jovens, adultos e idosos – em um perfil socioeconômico e profissional – o dos legisladores – e, portanto, como uma categoria profissional³.

Neste trabalho, revisa-se a maneira de observar um aspecto do universo político participativo juvenil adulto brasileiro em âmbito municipal. Esse aspecto é resultado da relação entre sete variáveis, que se converteram em um indicador do perfil geral do jovem participante

¹ Ver detalhes em: <https://www.dn.pt/sociedade/a-ultima-geracao-do-seculo-xx-5675908.html>.

² Termo que designa os habitantes que representam a capacidade produtiva de um país.

³ Ver a Classificação Brasileira de Ocupações (CBO) 1111- 20, 1112-50 e 1112-55.

eleito de um determinado período de tempo. Esse indicador tem relação com um fluxo generalizante⁴ que se julga ser comum na formação precedente de candidatos a vagas de políticos.

Desde o século XVIII, reconhece-se que os fenômenos sociais são complexos e a utilização de uma única teoria raramente explica a sua totalidade. Diante disso, empregam-se neste trabalho análises que se consideram complementares e essenciais para uma formulação mais abrangente do principal aspecto do objeto de análise do trabalho, o candidato jovem.

A sociologia política⁵ é a base dessa parte da análise, e objetiva-se despojá-la de aspectos puramente objetivos, considerando-se que o fenômeno aqui estudado é no mínimo tridimensional, no sentido de que um perfil é resultado da soma de várias características. Nesse sentido, recorre-se a trabalhos de autores de áreas diversas: ciências políticas, economia, antropologia, pedagogia, direito, sociologia, ciências literárias e psicologia.

Conceituar o jovem exige que se demonstrem as suas especificidades. Para tanto, adotam-se duas tendências sociológicas referentes ao termo, dando-se ênfase à tendência geracional, especialmente porque é a mais utilizada pelo Judiciário brasileiro, o principal repositório dos dados que formam a base desta análise.

Como objeto de pesquisa científica, a juventude aparece historicamente como categoria social no final do século XVIII, intimamente ligada ao surgimento da sociologia como ciência⁶. Atualmente, ainda se discute o conceito e não se chegou a um consenso universal, chagou-se apenas a um conceito generalizante da fase que se convencionou chamar “juventude” ou “juventudes”⁷.

No que diz respeito às condutas e aos comportamentos juvenis, recorre-se inicialmente à análise internacional de Pais (1990), para quem a sociologia vacila entre duas tendências classificatórias sobre os jovens: a classista e a geracional. Segundo o autor, na tendência geracional, a juventude é tomada como um conjunto social cujo principal atributo é ser constituída por indivíduos pertencentes a uma dada “fase da vida”. Daí a busca dos aspectos mais uniformes e homogêneos que caracterizam a fase. A geração é, pois, definida em termos

⁴ Andrade e Luz (2021) destacam esse aspecto quando tratam da presença da juventude nas eleições proporcionais entre 2010 e 2020.

⁵ Ramo da sociologia que reflete sobre o poder, o Estado. Estuda as bases sociais da política, reconhecendo tanto a especificidade das instituições e do comportamento políticos como a sua inevitável interação com outras dimensões da vida social.

⁶ Maiores detalhes em Feixa e Leccardi (2010).

⁷ José Machado Pais (1990), em sua análise do fenômeno, estabelece a diferença entre a unidade e a diversidade do termo “juventude”. No seu entendimento, pessoas jovens não são socialmente homogêneas. Assevera o autor: “De facto, quando falamos de jovens das classes médias ou de jovens operários, de jovens rurais ou urbanos, de jovens estudantes ou trabalhadores, de jovens solteiros ou casados, estamos a falar de juventudes em sentido completamente diferente do da juventude enquanto referida a uma *fase de vida*” (Pais, 1990, p. 149).

etários. Já na tendência classista, a juventude é considerada um conjunto social necessariamente diversificado, havendo diferentes culturas juvenis, em função de diferentes pertenças a classes, situações econômicas, poder, interesses e oportunidades ocupacionais, que nada têm em comum.

Para Redoli Morchón (2004, p. 306), “‘ser joven’ no tiene una definición muy clara, puesto que es una construcción: ha aumentado la visibilidad de la juventud, los jóvenes tienen artificial que tiende a tener significados diferentes según el contexto histórico, social, legal, político y cultural”.

Como primeiro exemplo nacional de conceituação de juventude, recorre-se a Abramo (2005), para quem o termo designa um interregno, um período de transição, de ambiguidade e de tensão potencial, que possui um significado de moratória, um período de adiamento de deveres e direitos da participação cidadã, da produção e reprodução da vida. A autora afirma que a duração e a significação social dos atributos da juventude são culturais e históricas.

De forma semelhante, Guimarães (2005) define juventude como um construto humano social e histórico. A autora assevera que, no Brasil, o conceito de jovens é uma construção social dotada de um limite etário variável.

Segundo Singer (2005), a juventude é composta das pessoas que estão na mesma faixa etária. Isso significa que elas fazem parte de uma coorte⁸, que estão fadadas a viver o mesmo momento histórico, atravessando as mesmas vicissitudes políticas e econômicas. Para o autor, o mundo em que vivem as coortes jovens contemporâneas é o resultado de uma evolução histórica que as coortes de seus antepassados – pais e avós – construíram. De forma semelhante, Silva e Silva (2011) afirmam que juventude é uma fase de transição entre a adolescência e a vida adulta, um momento de preparação para um “devir”.

Segundo Camarano *et al.* (2004), qualquer tentativa de definição do jovem seria arbitrária, visto que entender o que é ser jovem envolve a análise de um conjunto complexo de características do indivíduo que vão além do ideal socialmente construído em cada momento histórico.

Para Guimarães (2005), o conceito de juventude assume um sentido de diversidade, de grupos de jovens variados por sua origem social, regional, ética, ou mesmo por sua condição de gênero ou capital escolar, tanto que, ao se referir à categoria, o autor escreve “juventudes”.

Segundo Sposito (2005), a juventude é um processo que se define a partir de uma singularidade inegável, que se refere a uma fase da vida do indivíduo, em que ele inicia a sua

⁸ Segundo o *Dicionário de Sociologia*, coorte é um “conjunto de indivíduos que viveram, no decurso do mesmo período, um acontecimento fundamental da sua história, como, por exemplo, o nascimento, o casamento, o fim dos estudos, a entrada no mercado do trabalho, etc.” (Dicionário [...], [20--], p. 102).

busca por uma autonomia em relação à construção de elementos de identidade individual e coletiva, bem como por uma atitude de experimentação, caracterizada pela manutenção de relações importantes e diversas entre duas agências primordiais da reprodução social: a família e a escola.

Ser jovem seria, então, uma condição social transitória, associada, como afirmam Araújo, Bridi e Motim (2013), a aspectos do desenvolvimento biológico e emocional do ser humano, uma condição constituída de variáveis culturais, que ocorrem em determinado período da vida.

As percepções dos próprios jovens sobre o que seria a idade e as fases da vida que os caracterizam aparecem em Ribeiro (2016), para quem a categoria tem percepções bastante variadas⁹ sobre esses dois processos.

Para concluir, segundo Okado e Ribeiro (2015), é impossível estabelecer precisamente um tempo cronológico para o início e o término da juventude. Para os autores, o conceito de juventude é determinado não pela possibilidade de se estender a moratória, mas pela negação da condição adulta.

Do exposto, infere-se que a condição juvenil está sempre profundamente vinculada ao território onde é vivenciada. Portanto, questões que ocorrem em um cenário mundial mais amplo são reapropriadas de forma distinta no contexto nacional ou regional (Abramo, 2014). Conclui-se, então, que, historicamente, o conceito de juventude tem sido abordado de forma cada vez mais aprofundada e que ser jovem implica não só a vivência de uma determinada faixa etária, mas também uma diversidade cultural e histórica. Logo, trata-se de um conceito variável que tende a estar em constante revisão e reformulação.

2.2 O jovem como interveniente no processo de redemocratização do Brasil: afirmações sobre o seu protagonismo

O período que se convencionou rotular, neste trabalho, de redemocratização do Brasil inicia com a promulgação da Constituição de 1988. Passados trinta e cinco anos, arrisca-se a dizer que os efeitos desse processo são complexos, visto que, para se consolidar, o sistema democrático está sujeito a cometer erros e nem sempre é determinante para a promoção de bem-

⁹ Em sua pesquisa, Ribeiro (2016, p. 289) afirma: “Nota-se [...] que um terço dos respondentes na faixa etária de 15 a 17 anos não se reconhece mais como adolescentes, mas sim como jovens (25,4%) ou mesmo adultos, ainda que em uma proporção bem menos significativa (3,9%). Por outro lado, daqueles que seriam considerados os jovens da faixa etária de 18 a 21 anos, menos da metade se reconhece propriamente como jovem (48,6%), já que 20,0% se consideram adolescentes e outros 31,4% se consideram adultos. Contudo, é nas faixas etárias de 22 a 25 anos e de 26 a 29 anos que a autopercepção dos respondentes como adultos mais se intensifica, representando 59,5% entre os de 22 a 25 anos e 75,0% entre os de 26 a 29 anos. A autopercepção como jovem está presente nas respostas de 34,8% dos participantes de 22 a 25 anos e em 21,8% dos que se encontram na faixa etária de 26 a 29 anos”.

estar social de um país. Observa-se, porém, que têm havido esforços positivos para mobilizar a sociedade civil no sentido de buscar o atendimento de demandas de categorias específicas que até então haviam sido desprezadas. Foi o que aconteceu com os jovens brasileiros nesse período: a categoria beneficiou-se com a implantação do regime democrático e mobilizou-se para ter suas demandas atendidas.

Na literatura especializada, vários autores destacam a importância do protagonismo do jovem na implantação e na implementação da democracia no Brasil e no mundo. Julga-se, porém, necessário destacar que, segundo Nicoletti (2013), nem mesmo na Grécia, a democracia consolidou-se como uma ferramenta capaz de despertar nos cidadãos a plena participação política. Com base em diversos acontecimentos históricos, é possível afirmar que o protagonismo juvenil tem sido importante para a categoria, no sentido de expandir a sua consciência de seu potencial político, contudo, está longe de naturalizá-lo.

Examinando a presença da sociedade civil em formas alternativas de participação e representação política, Moura (2009) constata que se assistiu ao longo da década de 90 a uma forte ebulição dos movimentos sociais, à proliferação de fóruns, conselhos, comitês e parcerias, que buscavam instituir, nos diversos níveis de governo e nas mais variadas áreas de atuação do Estado, novos espaços de participação social. Naquele momento, a sociedade civil tornara-se o campo da resistência ao poder autoritário.

Convencionou-se neste trabalho considerar que o Brasil possui uma democracia longa (Segura-Ubiergo, 2007 *apud* Gomes, 2013, p. ...) ¹⁰ e está empenhado em desenvolver o bem-estar social (Segura-Ubiergo, 2007 *apud* Gomes, 2013, p. ...). Nesse sentido, promove, desde 1988, o acesso da sociedade civil a canais de participação política em várias esferas organizacionais, os chamados *loci* de representação extraparlamentar (Nicoletti, 2013).

As forças resultantes desses espaços geraram uma tipologia de participação tida como não convencional, da qual advém o direito da juventude de ser votada, de ter o seu espaço garantido na política convencional ¹¹. Cabe, porém, ressaltar que existiram movimentos anteriores à década de 80 que foram fundamentais para os atuais ganhos obtidos pela categoria.

Esses movimentos, segundo Ramos e Brito (2005), foram os primeiros passos do protagonismo juvenil no Brasil, que, para eles, é uma herança espetacular:

A história brasileira e, especialmente, os movimentos sociais, são profundamente marcados pela presença das juventudes. Durante todo o período colonial (Zumbi dos Palmares e Acotierene, líderes do Quilombo dos

¹⁰ Ribeiro (2011, p. 180), porém, ao tratar da questão da confiança política na América Latina, define o Brasil como uma democracia “jovem”.

¹¹ A tipologia convencional e a não convencional estão descritas em Nicoletti (2013, p. 58).

Palmares, iniciaram sua atuação ainda na juventude), no Império e na República, a presença de jovens nos grandes acontecimentos sociais e políticos se destaca como uma marca significativa. Com isto, não estamos querendo afirmar que as juventudes são, pela natureza de sua condição, contestatórias e mobilizadoras. Temos consciência de que todos os valores, comportamentos e posições políticas e ideológicas, presentes no conjunto da sociedade, se difundem também entre os jovens, mas a análise da realidade demonstra maior abertura, neste período da vida, para o novo, para novas descobertas e experiências. Podemos, assim, recuperar momentos significativos da história do país e das organizações juvenis (Ramos; Brito 2005, p. 35).

Para o senso comum e uma grande parte da literatura especializada, o jovem aparece como indutor de renovação da cultura política. Suas investidas como contestadores da ordem vigente podem fortalecer e aperfeiçoar a democracia. Logo, o seu protagonismo é fundamental na reorganização da ordem vigente em vários aspectos. Para tornar-se protagonista, a categoria teve de associar-se e constituir-se como categoria social visível.

Considerando o momento a partir do qual a categoria ganhou visibilidade, pode-se afirmar que o associativismo dos jovens é um fenômeno moderno. Sobre esse aspecto, destaca-se a análise de Luchmann, Schaefer e Nicoletti (2017), para quem o associativismo moderno é um fenômeno complexo. Segundo esses autores, ao longo das últimas décadas, houve um crescimento significativo do fenômeno, o que teria promovido mudanças consideráveis nas práticas sociais e levado para a arena política múltiplos repertórios de reivindicações e de demandas sociais. O associativismo da categoria jovem brasileira fortaleceu-se, portanto, nesse cenário.

Os movimentos sociais que fizeram os jovens assumir a condição de protagonistas na busca por justiça social no Brasil são considerados uma modalidade de participação não convencional¹², mas essencial ao processo de participação política em âmbito nacional e internacional.

Segundo Morales (2009), no cenário internacional, especificamente mexicano, o protagonismo juvenil teve um peso significativo na promoção da cidadania e representou uma situação clara de alienação e de rejeição da política tradicional. Para Morales (2009), seria necessário ficar claro para toda a sociedade que as ações dos jovens seriam um investimento fundamental no processo de consolidação da democracia mexicana.

Brites (2015) relata que, em Portugal, há aproximadamente uma década, parte da sociedade esforçou-se por tomar consciência da necessidade de participação dos jovens no processo de decisão. Essa ideia era fruto do incremento dos direitos, da sociedade de consumo

¹² Ver a análise de Borba (2012) da literatura internacional sobre as diferentes propostas de tipologias classificatórias das modalidades de participação política.

e da percepção de que os jovens poderiam ter um papel ativo na formação das suas vidas.

Para Moreira e Badalotti (2018), tanto na América Latina quanto no Brasil, historicamente¹³ a juventude teria sido um dos atores centrais em diferentes ondas de mobilização coletiva. Os autores afirmam que existia uma percepção acadêmica e também do senso comum segundo a qual os jovens faziam parte de uma categoria social que protagonizara uma diversidade de movimentos. Para eles, os jovens são irreverentes, questionadores e usam a crítica como ferramenta para desestabilizar verdades preestabelecidas, o que pode ampliar a democracia participativa e renovar a cultura política.

Na visão de Vieira e Mayorga (2019), na América Latina, o protagonismo dos jovens como atores políticos teria como marco zero o movimento em defesa da reforma universitária deflagrado em Córdoba, na Argentina, em 1918¹⁴.

Segundo Abramo (2014), a década de 60 mais do que nenhuma outra é identificada como a década jovem. Para a autora, o século XX marcou o reconhecimento mundial da juventude como um novo ator no cenário social e político. Foi no mundo industrial, onde a questão urbana passou a ser sinônimo de problema social, que os jovens adquiriram uma visibilidade maior e tornaram-se foco privilegiado de estudos diversificados¹⁵.

No Brasil, no dizer de Moreira e Souza (2020), o protagonismo juvenil ganha destaque durante a vigência da ditadura militar (1964-1985). Segundo os autores, os jovens provenientes do movimento estudantil prestaram uma relevante contribuição para as manifestações políticas e os movimentos reivindicatórios a favor da democracia e da conquista das liberdades civis, como os direitos de expressão, de organização e de participação social.

Para Groppo (2017), os jovens podem ser e são sujeitos politicamente ativos, suas ações são plenamente políticas; a categoria é dotada da capacidade de politizar questões que, se não houvesse sua intervenção, continuariam relegadas ao mundo privado.

Ribeiro (2016), apoiando-se em uma pesquisa realizada em 2013, afirma que os jovens se veem como grandes protagonistas nos rumos de suas vidas pessoais. Quando se trata, porém, da garantia dos direitos sociais coletivos e da juventude, as maiores expectativas dos jovens recaem sobre as políticas governamentais definidas pelo mundo adulto.

Para abordar o aspecto ideológico e da ação coletiva, recorre-se a Carrano (2012), para

¹³ Os autores usam como referência a década de 80 do século XX.

¹⁴ Segundo os autores, o movimento, iniciado pela elite argentina, reverberou no continente, chegando ao Peru em 1919 e atingindo, em 1920, Brasil, Bolívia, Chile, Colômbia, Cuba, Equador, Guatemala, Paraguai, Venezuela e Uruguai (Vieira; Mayorga, 2019, p. 108).

¹⁵ Segundo Abramo (2014), esses estudos geralmente viam a categoria juventude e a cultura juvenil como uma fase de risco social, pois se centravam em grupos marginalizados e/ou desviantes, habitantes dos guetos e dos subúrbios metropolitanos.

quem os jovens tendem a engajar-se mais em causas do que em instituições, aderem a ações coletivas que lhes permitam controlar os processos decisórios cujos resultados não sejam postergados para um futuro longínquo.

Por sua vez, Olson (2015) sustenta que é muito difícil organizar um grupo de pessoas que se configura como maioria; por outro lado, pode ser muito fácil organizar um grupo de pessoas que se configura como minoria, principalmente quando seus membros recebem benefícios por participarem da ação coletiva. Logo, no caso aqui citado, existe um cenário adequado para que os candidatos jovens – grupo numericamente grande – sejam controlados pelos agentes políticos adultos – grupo pequeno –, que defende os seus próprios interesses, mesmo que esses interesses sejam contra os dos jovens. Segundo o autor, ainda que todos os indivíduos de um grupo grande, tido como racional e centrado nos próprios interesses, saiam ganhando se agirem a partir de seus objetivos comuns, eles não agirão voluntariamente.

Do que foi exposto, infere-se que a juventude é uma categoria de grande importância e de protagonismo necessário nos processos de manutenção da democracia, tanto no panorama internacional quanto no nacional. No Brasil, dado o volume populacional dos jovens, parece ser desejável, por parte do Estado, que eles participem desse processo por meio do aprimoramento da representação tanto como eleitores quanto como candidatos. Em seu *site* oficial, o TSE oferece um espaço importante para que a categoria se informe e promova várias ações visando inserir os jovens no universo eleitoral como protagonistas¹⁶, ainda que de forma informal. Esse mecanismo organizacional e institucional importante é utilizado na busca da melhora da representação dos jovens na política, já que, como mencionado neste trabalho no momento de conceituação do jovem como categoria, seu engajamento nas questões políticas tem a ver com as informações e o conhecimento que adquire especialmente por meio da educação promovida nas infovias.

Embora este trabalho vise principalmente descrever visões afirmativas sobre os vários fatores que influem na formação do perfil do jovem candidato, questiona-se se a categoria teve protagonismo pelos seus próprios esforços ou se foi influenciada por agentes políticos adultos que racionalmente agiram por seus próprios interesses.

Após a conceituação da categoria e a constatação da importância do seu protagonismo no processo de redemocratização do Brasil, aborda-se a formação do perfil do jovem participante enquanto candidato de processos políticos eleitorais – formação que se inicia com a socialização primária e se estende até o momento da participação formal enquanto candidato,

¹⁶ Ver, por exemplo: <https://www.tse.jus.br/comunicacao/noticias/2019/Novembro/jovem-eleitor-seu-voto-tem-superpoderes>.

conforme se vê adiante.

2.3 Etapas da formação do perfil de candidatos jovens

Aqui são feitas considerações sobre os aspectos generalizantes referentes ao processo de socialização política de jovens¹⁷, sua condição de minoria, seu processo de inclusão no universo da política, especificamente no recrutamento e na seleção eleitoral – essenciais para a formulação de um padrão comportamental, de conduta política e de perfil de candidatos nos processos eleitorais¹⁸.

2.3.1 Socialização política de jovens

A avaliação do processo de socialização política de jovens é uma condição nuclear necessária para a formação e/ou a inclusão da categoria no processo de participação política eleitoral. Cabe ressaltar que esta análise foca aspectos gerais do processo visando destacar o seu potencial modelador de comportamentos que influenciam os processos políticos e eleitorais.

Segundo a literatura especializada, o processo de socialização consiste na assimilação por um pequeno grupo ou por um indivíduo das características comportamentais e culturais do grupo social no qual está inserido. Logo, a socialização política de jovens possui as mesmas características, acontecendo inicialmente na família e secundariamente na escola¹⁹. Esse fenômeno seria um processo cultural de transmissão, formalização e aquisição de opiniões, preferências, valores, condutas e comportamentos sobre o universo da política (Tomizaki; Silva; Carvalho-Silva, 2016).

Aparentemente, nos grupos primários, como a família, e nas instituições responsáveis pela formação dos indivíduos, como a escola, o ambiente de trabalho e os grupos de amigos, ocorreria um processo contínuo de aprendizagem para a vida cívica, que seria mais ou menos intensa em razão do maior ou menor incentivo à competência política dos cidadãos jovens.

A socialização política primária é o momento em que se inicia o acesso aos estímulos de natureza política. Para Ribeiro (2011), o cidadão ao longo dessa etapa da vida seria apresentado a um conjunto de orientações que o conduziria à formulação de expectativas em relação à existência e ao desempenho das instituições. Tais orientações, positivas ou negativas, refletiriam os diferentes contextos em que se deu o período formativo das personalidades. Essas

¹⁷ Tema considerado “caro” por Nicoletti (2018).

¹⁸ Pode-se encontrar esforço semelhante em Nicoletti (2018).

¹⁹ Carrano (2012), ratificando Brenner (2010), afirma que as agências clássicas de socialização (família e escola, notadamente) têm sido frágeis suportes para a promoção da socialização política como meio privilegiado de transmissão de atitudes, de escolhas, preferências, símbolos e comportamentos.

orientações também são mutáveis e sensíveis às experiências que se desenvolvem na fase adulta dos indivíduos.

Segundo Fuks (2011), os incentivos oriundos dos ambientes familiar e escolar são os principais meios de transmissão de informações que moldam o perfil político de jovens e, no caso desta análise, afetam cada uma das sete dimensões analisadas, mediante mecanismos distintos, especialmente os aspectos cognitivos. Portanto, no que se refere à formação do perfil político do jovem, é importante considerar as nuances que operam em sua expressão cognitiva, comportamental e atitudinal, visto que cada uma delas é constituída por um processo específico que modela suas condutas. O autor ressalta que é a partir de um núcleo e de um padrão de interação entre os diversos fatores que compõem os ambientes socializadores que se gera um quadro no qual convivem efeitos sociais e políticos, que ele chama diretos, indiretos e tardios.

Para Caetano (2016), a socialização política dos mais jovens é um dos grandes desafios do início do século XXI, especialmente nos países mais industrializados. Particularmente no caso português – sua análise foi feita no universo do ensino médio público português –, esse processo caracteriza-se por uma área não curricular de Educação para a Cidadania. O autor conclui que os estudantes portugueses estavam em condições de vulneráveis, mobilizavam diferentes gramáticas políticas nesse processo, no qual se fazia uma socialização política plural.

Embora de forma diversa em intenção e momento, também houve no Brasil um projeto de socialização política de jovens em ambiente educacional, feito por meio da instituição de uma disciplina de nível superior intitulada Estudos de Problemas Brasileiros. Segundo Lerner (2016), a tríade Deus, Pátria e Família e a Doutrina de Segurança Nacional constituíam o conteúdo da disciplina, que deveria funcionar como um instrumento de luta ideológica contra o movimento estudantil, a infiltração comunista e o suposto esfacelamento da moral cristã. Lerner (2016) assevera que a disciplina foi um sinal indisfarçável de conteúdo doutrinário com função socializadora de valores, ideias e condutas caros ao regime militar que deram vida a um projeto de socialização, ao mesmo tempo liberal e conservador, modernizante e autoritário.

Para Coelho (1996-1997), no Brasil, não existia – pelo menos até o momento da execução de sua análise – uma política cultural que caminhasse no sentido da tendência societária dos jovens. O autor assevera que a ideia do político, da coisa política não estaria morta entre os jovens brasileiros daquela época, mas talvez se mostrasse noutra forma, uma forma que talvez estivesse numa fase de entorpecimento ou de ressignificação (Santos; Silva; Souza, 2015) análoga ao processo de democratização global – que, conforme alguns autores, encontra-se atualmente em declínio (Santos; Silva; Souza, 2015, p. 11).

Outro aspecto importante que merece destaque no processo de socialização política de

jovens são as contribuições da internet para a categoria. Segundo Baquero, Baquero e Moraes (2016), a internet no Brasil seria uma nova modalidade de socialização política: enquanto ferramenta, criou novos espaços de formação de identidades coletivas. Não se pode ignorar a sua influência formativa política, visto que estabelece uma nova forma de comunicação entre os jovens e o Estado. Contudo, os autores destacam que a internet não se consolidou como mecanismo eficiente de socialização política, porque nela os jovens buscam primordialmente o entretenimento.

Retomando Fuks (2011), verifica-se que os processos socializadores, na juventude, exercem um papel significativo na formação de atitudes estáveis das pessoas e são capazes de influenciar, no futuro, a direção de novas atitudes. Isso indica que, no caso das atitudes políticas, mecanismos bastante eficientes que geram efeitos tardios também estariam em ação, porém em um momento anterior. O autor afirma que os impactos mais expressivos da dimensão socioeconômica do ambiente familiar e do contexto escolar sobre o comportamento político do jovem não são diretamente observáveis (Fuks, 2011).

Diante das referências, constata-se que a cultura e a socialização política de jovens se baseiam em elementos históricos e socioculturais, os quais são centrais na sua formação, porém não são só esses fatores que forjam o perfil de candidatos políticos. É necessário destacar os fatores econômicos, que também exercem forte influência. Seria, contudo, tendencioso pensar que esse processo necessita de uma evolução simétrica entre economia²⁰ e política para se consolidar.

Acrescenta-se ainda ser notório o fato de que os jovens manifestam atitudes e comportamentos contraditórios em vários processos. Se esse fato está ligado ao processo de socialização pelo qual passou, só uma análise direcionada que mescle psicologia, sociologia e ciência política pode esclarecer, visto que o comportamento humano depende de estímulos variados. O fato é que a categoria mostra-se cada vez mais cínica a respeito das instituições político-democráticas representativas no Brasil e no mundo (Baquero; Baquero; Moraes, 2016).

2.3.2. O jovem enquanto minoria

Importa abordar agora, sinteticamente, outro aspecto importante a ser considerado no processo de formação do perfil do jovem participante de processos políticos eleitorais: o reconhecimento de uma determinada parcela da categoria jovem como sendo minoria²¹. O

²⁰ Quando o jovem passa a ser considerado uma categoria econômica, especialmente quando suas demandas dizem respeito a questões de trabalho e renda.

²¹ No sentido de serem vistos e condicionados como categoria passiva e/ou despolitizada, como afirmam Venturi e Bokany (2005).

enquadramento na condição de minoria tem garantido a algumas categorias a inclusão em importantes políticas públicas que visam a justiça social. A percepção dessa condição foi um dos fatores responsáveis pelas mobilizações dos jovens em busca de um espaço nas instâncias de poder. O *status* de minoria funciona como uma importante ferramenta de visibilidade, que tem atraído a atenção de partidos políticos²² e acaba, por vezes, estabelecendo-se como um fenômeno que precede o recrutamento e a seleção.

A atenção dada pelos partidos políticos à figura de candidatos faz parte de um processo de lógica política que modifica o peso relativo desses atores. Essa afirmação baseia-se na opinião de Immergut (1992), para quem a escolha de representantes pelos partidos passa pelos *decision points*, que são votos afirmativos oriundos de acordos em vários pontos ao longo da cadeia de decisões tomadas pelos representantes nas diferentes arenas políticas.

Segundo a autora, fatores políticos e institucionais dão origem a uma lógica complexa de tomada de decisão, que acaba por criar diferentes oportunidades e limites para a ação de todos os grupos de interesse envolvidos nos processos políticos. Esse fato atribui certa conformidade aos interesses tanto individuais quanto coletivos.

Sinteticamente, “minorias sociais” é um termo que designa um grupo de pessoas que são marginalizadas, por alguma circunstância, e que se distinguem, por exemplo, pela raça, pela religião, pela língua ou pela nacionalidade do grupo mais numeroso no meio do qual vive (Dicionário [...], [20--], p. 296). Contudo, deve-se considerar que existem nesse universo variáveis quantitativas e qualitativas que imprimem complexidade ao fenômeno. Neste trabalho, consideram-se os jovens como minorias sociais no aspecto político, porque, conforme afirmam várias fontes, eles não têm grande representatividade nas disputas eleitorais.

O Brasil tem uma das mais perversas distribuições de renda, as desigualdades sociais devem-se tanto ao aumento dos pobres quanto à manutenção ou à ampliação dos privilégios dos ricos (Castro, 2004). O Brasil é um terreno fértil para o desenvolvimento de desigualdades e injustiças sociais, a maioria da população converte-se em minorias sociais. No caso dos jovens brasileiros, pode-se destacar a expressiva parte da população enquadrada na categoria de “nem-nem”²³.

Segundo Anselmini e Cristianetti (2020), o conceito de minoria causa divergência no plano internacional, fato que impediria uma definição universalmente aceita. As autoras afirmam, porém, que a definição de minorias deve ser abrangente no sentido de abarcar grupos

²² Especialmente por conta de captação de recursos, como no caso de cotas femininas. Para maiores detalhes, consultar a Emenda Constitucional n.º 117, de 2022.

²³ Como categoria que apresenta diferentes vulnerabilidades. Para maiores detalhes, consultar: Silva e Vaz (2020).

não dominantes e vulneráveis – justamente a condição dos jovens no universo da política.

Para Souza e Santos (2019), a atividade política sempre foi associada a um espaço para homens adultos, que já tenham certa experiência de vida. Os jovens, por serem possuidores de demandas e interesses diferentes de outros grupos, sempre foram negligenciados como atores ativos. Ainda que eles desempenhem papéis centrais e catalisadores nos movimentos pela democracia em todo o mundo, estão sub-representados em cargos eletivos.

Apesar de sub-representados, quando se associam e se portam como minorias ativas, os jovens acabam por conseguir intervir na realidade positivamente, de forma a conseguir ganhos a seu favor. Observa-se, assim, seu grande potencial transformador. Como afirma Rodrigues (2018), é possível que uma minoria ativa incite uma maioria a aceitar sua agenda, pelo processo denominado pela psicologia social de “conversão”. Esse fenômeno é capaz de gerar uma inovação social, que, por sua vez, possibilita que os indivíduos passem do pensamento egocêntrico para o pensamento sociocêntrico, sem cair na forma de Pensamento de Grupo²⁴ e, ainda que caiam, saibam como sair dele.

Essa conversão em ciência política equivale ao pensamento da escolha racional²⁵, que se baseia na afirmação de que o comportamento coletivo é resultante do comportamento individual racional, cujos custos e benefícios são planejados de forma objetiva e reflexiva. Segundo Downs (2013), os atores políticos são racionais, buscam maximizar ganhos e minimizar as perdas. Daí se infere que o fato de a categoria jovem ser minoria não implica necessariamente a sua despolitização, no sentido de não possuir ferramentas que possibilitem a sua participação em arranjos políticos formais.

Ferreira (2022), ao tratar das diferenças identitárias e da estratégia de legitimação do exercício – que denomina assimetria do poder pela elite não minorizada –, afirma que o uso do termo “minorizados”, no lugar de ‘minoria’, evidencia um processo estrutural de exclusão. O processo de reconhecimento das minorias é, em si, complexo e comporta tensões inafastáveis, e o processo de autoidentificação das categorias minorizadas nasce da experiência compartilhada de violências e do desejo comum de emancipação.

Citando Louro (2004), Miranda e Garcia (2012, p. 6) declaram: “As minorias nunca poderiam se traduzir como uma inferioridade numérica, mas sim como maiorias silenciosas que, ao se politizar, convertem o gueto em território [...]”.

Do que foi exposto, infere-se que minorias são grupos de indivíduos total ou

²⁴ Segundo Rodrigues (2018, p. 5), o Pensamento de Grupo “é uma situação de grupo em que as pressões por conformidade impedem que o grupo avalie as alternativas de ação de maneira racional e crítica”.

²⁵ Conceito de racionalidade em teoria política.

parcialmente excluídos e/ou sub-representados em processos básicos que promovem a justiça social e os direitos humanos, por diversas razões que vão da especificidade de ser jovem até as questões mais subjetivas, como as de gênero, sexualidade, etnia, financeira. Os jovens brasileiros, ainda que tenham sua especificidade enquanto categoria reconhecida no universo político, especialmente nele, ainda são sub-representados; trata-se, porém, de uma categoria forte, que tem obtido êxito em suas intervenções e conseguido ser incluída nos processos em que intervém.

2.3.3 A inclusão de jovens no processo de recrutamento e de seleção política

Após o reconhecimento da juventude como minoria, destaca-se o processo de inclusão da categoria no processo político, como início da etapa final de acesso à participação política de jovens enquanto candidatos, o que se dá de forma simultânea à participação nos processos políticos de recrutamento e de seleção. É um processo que demanda esforços individuais e coletivos, que geram custos nem sempre proporcionais ao empenho dos atores envolvidos.

Segundo Moura (2009), mesmo com a abertura de novos espaços de participação, o reconhecimento e a inclusão de diferenças entre indivíduos ainda persistem. A autora assevera que se buscou compreender a complexidade do processo de construção democrática brasileira, em que novos espaços de participação reconfiguraram a representação política, as organizações da sociedade civil atuando como novas mediadoras entre representantes e representados, mas esse processo necessita ser aperfeiçoado.

A inclusão, tanto em aspectos gerais quanto em casos específicos, como os processos de recrutamento e de seleção de partidos políticos, funciona como a projeção de uma espécie de ação afirmativa²⁶, que só se faz possível em ambientes democráticos e que traz, como anteriormente mencionado, um custo²⁷ para os indivíduos e para as organizações envolvidas no processo. Segundo Castro (2004), as ações afirmativas ganharam força no contexto da modernidade, ou seja, na passagem do século XIX para o século XX.

Das afirmações anteriores, infere-se que o Brasil é um país adultocêntrico²⁸ e desigual

²⁶ Ações afirmativas são medidas que visam combater efeitos negativos da ação humana na sociedade, acumulados em virtudes das discriminações ocorridas no passado. Para maiores detalhes, consultar: Fantini (2012). São também conhecidas como discriminações positivas (Castro, 2004).

²⁷ Custos de transação, resultantes dos esforços que o indivíduo tem de fazer para conseguir modificar uma determinada situação. Olson (2015) afirma que os custos de cada indivíduo em determinado grupo podem conferir um valor diferente ao benefício público almejado por seu grupo. Além disso, cada grupo interessado em um benefício público enfrenta uma função-custo distinta. Segundo o autor, um ponto que permanece válido em todos os casos é que a função custo total será ascendente, pois os benefícios coletivos são com certeza parecidos com os benefícios não coletivos – quanto maior o ganho obtido com o benefício, mais altos serão os custos totais.

²⁸ Atitude de discriminação fundamentada na idade.

em vários aspectos, mas nele o jovem tem sido incluído nos debates e nas ações que se projetam em políticas públicas que atendem as especificidades da categoria, bem como tem obtido uma maior visibilidade por parte da sociedade. Por consequência, o jovem tem sido considerado uma importante categoria pelos atores políticos do país e tem sido alvo de ações que visam recrutar jovens²⁹ na tentativa de renovação do cenário político.

Considerado como penúltima condição necessária para o acesso à participação e à formação do perfil abordado nesta análise, o processo de recrutamento e de seleção política é resumidamente descrito a seguir. Trata-se de uma espécie de ponte entre a política e a sociedade, que pode variar de acordo com os países. No caso do Brasil, como afirma Álvares (2010), a ponte atua em dois níveis, um formal e um informal: o primeiro é concretizado por organizações oficiais; o segundo, por meio dos movimentos sociais.

Historicamente no Brasil e no mundo, o processo de recrutamento e de seleção política tem sido adultocêntrico, não inclui o jovem em razão de questões culturais carregadas de manipulação por parte dos adultos. Explica Bourdieu (1983):

[...] as classificações por idade, sexo, classe e demais variáveis sociais e econômicas, acabam sempre por impor limites e produzir uma ordem hierárquica onde cada um deve se manter em seu lugar, logo, falar que a categoria “jovens” é um grupo social com interesses comuns e relacioná-los a uma idade biológica definida, se constitui uma manipulação evidente.

Em muitas análises, os jovens são referidos como indivíduos possuidores de baixo engajamento, baixa militância e apatia política, e, portanto, baixo comprometimento organizacional. Por não estarem comprometidos, não participam. Essa falta de comprometimento ocorreria tanto na esfera privada quanto na institucional.

Segundo Menezes e Bastos (2009), o comprometimento organizacional é o vínculo de permanência de um indivíduo com determinado grupo ou organização. Esse fenômeno, também conhecido como *attachment*³⁰, é fundamental para o estabelecimento da coesão social. Os autores afirmam tratar-se de construto complexo e polissêmico, porém chegam à conclusão de que ainda não existe uma definição constitutiva consensual para o que vem a ser o comprometimento organizacional. Esse fenômeno muitas vezes é descrito como sinônimo de outros construtos, como identificação, cidadania, satisfação e lealdade.

Do que foi exposto, infere-se que o comprometimento organizacional é por vezes a condição inicial que habilita o jovem a estar apto, no sentido personalista, a participar do

²⁹ Destaca-se como experiência a simulação de atividade parlamentar, o programa de educação para democracia intitulado Parlamento Jovem Brasileiro. Maiores detalhes em: <https://www2.camara.leg.br/a-camara/programas-institucionais/experiencias-presenciais/parlamentojovem/quem-somos-1>.

³⁰ Vínculos estabelecidos entre os indivíduos e as instituições. Ver detalhes em: Menezes e Bastos (2009).

processo de recrutamento e de seleção dos partidos políticos. Esse processo segue alguns critérios que são relativamente universais e estão ligados a questões essencialmente egocêntricas, como o fato de o sujeito ser politicamente vocacionado.

Para Norris (2013), esse processo institucional chama-se “processo de certificação”. Em termos geracionais amplos, segundo a autora, trata-se de um processo que define quem é passível de indicação para candidatar-se a cargos eletivos. Algumas restrições legais para a elegibilidade provaram ser razoavelmente universais e incontroversas, como idade e cidadania, enquanto outras são mais excepcionais, como qualificação educacional ou alfabetização. Norris (2013) assevera que as principais exigências legais incluem aquelas relacionadas à idade, à cidadania, à residência, a incompatibilidades, a depósitos monetários e à necessidade de se obter assinaturas de apoio. O processo de certificação também é influenciado de modo mais geral pelos valores culturais e pelas normas sociais informais de cada país, moldando a percepção dos candidatos apropriados e dos tipos de experiência e de conhecimentos mais adequados às carreiras legislativas.

Álvares (2010) destaca a materialização do processo de recrutamento e da seleção de candidaturas, que se dá de forma diferenciada em cada país. As lideranças buscam suprir o mercado eleitoral, baseadas em critérios inclusivos que se apoiam em outros vários critérios de inclusão, que vão dos antecedentes sociais aos arranjos com bases coligadas.

Ao investigar os elementos que impactam os processos políticos de recrutamento e de seleção e sua influência nos resultados eleitorais, autores como Norris (1985), Matland (1998) e Araújo e Borges (2013) constatarem que existe certa articulação entre resultados eleitorais e determinadas características presentes no ambiente político. De fato, aspectos relacionados às dimensões socioeconômica, cultural, religiosa, sexual, entre outras, podem responder por alguns resultados presentes no próprio sistema político eleitoral (Macaluve, 2019).

Em sua análise do recrutamento de jovens pelos partidos políticos brasileiros, Barros *et al.* (2019) constatarem que, apesar das especificidades das diferentes abordagens, há um ponto de convergência: o recrutamento partidário é indispensável para a sobrevivência política das organizações partidárias. No caso do recrutamento juvenil, o investimento das agremiações justifica-se porque os partidos devem mostrar-se capazes de se regenerar, reproduzindo-se por sucessivas gerações.

Para Guedes-Neto (2022), os partidos adotam a estratégia partidária de inclusão juvenil em seus quadros. Mas, em razão do grande número de partidos no país, os partidos políticos adotam diversas metodologias no que diz respeito à organização e à representação jovem.

Ao tratar das regras institucionais brasileiras para a escolha de candidatos, Leal (2010)

observa que, em âmbito municipal, as regras são iguais às das demais esferas,. Os partidos políticos detêm o monopólio da representação política, só podem concorrer a qualquer cargo aquelas pessoas que são filiadas a algum partido político. Os partidos são detentores do capital político e dos votos, que são transferidos como que por empréstimo aos seus candidatos. Esse fato é um importante indicador de institucionalização partidária.

Beneficiar o partido parece ser uma das principais questões a serem satisfeitas no processo informal e formal de recrutamento e de seleção de candidatos no Brasil, dadas as suas características³¹. Estudos têm mapeado quem são os cidadãos que participam, onde participam e qual a intensidade de sua participação, mas pouco dizem sobre como os indivíduos fazem suas escolhas (Borba, 2012).

Observa-se que o papel desempenhado pelos partidos políticos no processo de recrutamento e de seleção de candidaturas é específico e singular. Com efeito, os partidos têm uma função especializada nessa divisão, o que gera um processo material lógico e imaterial, mas imprevisível. Quando aos jovens, é mais difícil recrutá-los devido às especificidades da categoria anteriormente citadas. Conclui-se que os atores políticos no Brasil, em todas as faixas etárias, agem racionalmente para maximizar seus ganhos, sempre orientando suas ações para alcançar fins econômicos e/ou políticos conscientemente selecionados, o que pode ajudá-los a promover as mudanças que desejam.

No caso dos jovens, devido à sua especificidade enquanto minoria potencialmente transformadora, talvez essa maximização de ganhos não seja acentuadamente planejada, como ocorre com os adultos acima de 29 anos, uma vez que, como já mencionado nesta análise, o jovem possui características distintas dos adultos em vários aspectos. Para Barros *et al.* (2019), o capital familiar e o capital militante são os dois fatores que mais levam os jovens a se filiarem aos partidos: no primeiro caso, os parentes mais próximos são os que exercem maior influência (pais e irmãos); no segundo caso, destaca-se a militância nos movimentos estudantis e nos movimentos sociais.

Este capítulo objetivou examinar sinteticamente o jovem como categoria social, o seu protagonismo no processo de redemocratização do Brasil, bem como as etapas necessárias para se forjar um perfil de candidatos habilitados à participação política em processos eleitorais formais. Contudo, considera-se necessário adicionar uma análise sintética da consciência geracional, a fim de destacar algumas diferenças nos perfis dos participantes das gerações habilitadas a se candidatar nos processos eleitorais, conforme se verá no próximo capítulo.

³¹ Segundo Limongi e Figueiredo (1998), a característica geral do presidencialismo de coalizão é a forte coordenação da agenda por meio do apoio dos líderes partidários.

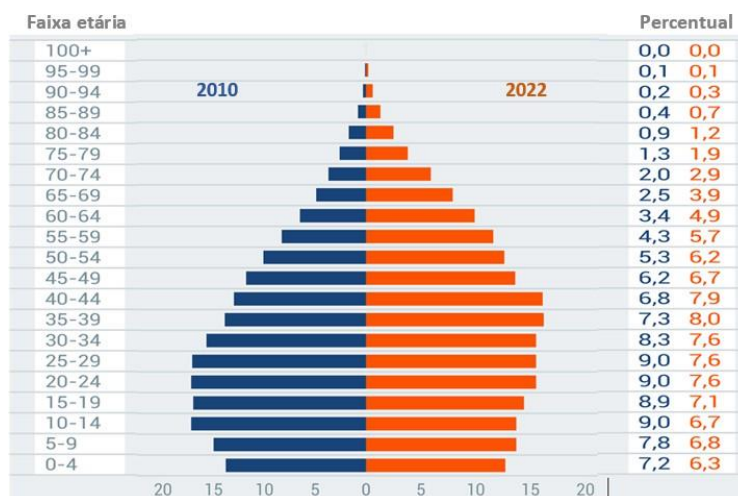
3 A PARTICIPAÇÃO POLÍTICA DA JUVENTUDE NO BRASIL

Neste capítulo, apontam-se sinteticamente as diferenças entre a participação política de jovens e a das outras faixas etárias habilitadas a participar como candidatos. Examina-se também a participação política específica dos jovens, com a finalidade de ressaltar a sua singularidade enquanto categoria no processo político formal.

3.1 O envelhecimento populacional e o sistema político

Segundo o Censo de 2022, o Brasil tem atualmente 203.080.756 habitantes. O percentual de jovens na faixa etária de 15 a 29 anos chega a 22,3% da população total. Entretanto, quando se compara o Censo de 2022 com o Censo de 2010, percebe-se que a população jovem tem diminuído, pois, em 2010, o percentual de jovens na faixa etária de 15 a 29 anos representava cerca de 26,9% da população (Gráfico 1).

Gráfico 1 – Evolução da população brasileira por faixa etária (2010-2022).



Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)

Isso significa que a população brasileira está ficando mais velha, o que pode gerar problemas de diversas naturezas no futuro, pois o país precisa preparar-se para lidar com essa situação, adotando medidas para enfrentar essa realidade no curto e médio prazo.

Alguns analistas evidenciam que o envelhecimento da população pode levar à escassez de mão de obra no mercado de trabalho, acarretando como consequência o aumento no custo do fator trabalho para as empresas e a elevação nos custos da previdência e assistência social e nos gastos com saúde por parte dos governos (Souza; Melo, 2017).

O envelhecimento populacional pode ser explicado por dois fatores principais: o aumento da expectativa de vida e a queda na taxa de fecundidade. Nesse aspecto, o Brasil segue a tendência mundial. Projeta-se para 2050 uma expectativa de vida média de 79 anos, e o número de brasileiros com mais de 60 anos terá saltado dos atuais 24 milhões para 66 milhões (Souza; Melo, 2017).

Apesar de parecer uma transição natural, a mudança geracional observada na pirâmide demográfica pode afetar a estrutura política dos países no ambiente futuro, especialmente no que diz respeito à defesa dos valores democráticos e à cultura política que se manifesta na relação dos indivíduos com o sistema político.

Silva (2021), mobilizando argumentos da teoria do desenvolvimento humano de Ronald Inglehart (1934-2021), afirma estar em curso em diversos países uma mudança intergeracional que pode afetar os valores sociais observados entre as gerações. Para o autor, os valores entre as gerações estão mudando, passando das prioridades materialistas, com foco na segurança física e fisiológica, para as pós-materialistas, guiadas por um sentido de autoexpressão e de qualidade de vida.

A teoria de Inglehart possui enorme validade política, pois explica a evolução das ideias culturais por meio do papel das mudanças entre gerações. Sua teoria perite, então, compreender mudanças de comportamentos e atitudes entre gerações. Como exemplo, o autor cita a situação europeia a partir da década de 50, destacando que os jovens da década de 60 nascidos no pós-guerra não passaram pelas mesmas dificuldades de sobrevivência que seus pais e avós, o que provocou uma nova escala de valores e de prioridades que se espraiam para o sistema político.

Para Inglehart, os jovens da geração passada mostram-se pós-materialistas no sentido de que estavam mais dispostos a desafiar o sistema vigente, o que possibilitou a formação de valores voltados para a incorporação de minorias no sistema de representação, como mulheres, negros e outras expressões – reflexo do surgimento de novos temas de conflito político e da redefinição do clássico confronto entre esquerda e direita (Silva, 2021).

As gerações mais jovens estão mais preocupadas com o futuro e com a crise do sistema econômico, que não as incorpora na dimensão socioeconômica da vida social, sentem-se frustradas e acabam sendo atraídas pela extrema direita.

O caso recente mais ilustrativo é o da eleição de Javier Milei, na Argentina. O atual

presidente, declaradamente ultraliberal e ultraconservador, teve uma votação expressiva por parte da parcela mais jovem da população argentina, que fez a diferença para que ele ganhasse. Milei conseguiu mobilizar a juventude carente de esperança em meio à larga pobreza e à crise econômica que têm assolado a Argentina ao longo das últimas décadas.

Por essa razão, a dimensão demográfica da vida política, segundo Silva (2021), é essencial para a compreensão dos movimentos pelos quais tem passado a política no mundo, inclusive as recentes eleições de populistas de extrema direita em vários países, apoiados majoritariamente pelas populações mais jovens.

3.2 Diferença entre participação de jovens e de não jovens

Como já foi destacado no início deste trabalho, imprimir aos fenômenos sociais uma uniformização torna-se uma tarefa difícil porque em sua maioria são subjetivos e multidimensionais. Quando se trata, porém, da variável idade, pode-se delimitar e padronizar o indivíduo, e isso é feito por várias áreas do conhecimento.

Em termos de participação política, a idade funciona como um divisor no mínimo entre duas categorias que estão habilitadas a intervir na democracia de um país. No caso do objeto desta pesquisa, a idade é a diferença fundamental para o acesso às vagas de legisladores e de dirigentes gerais da administração pública municipal. Diante disso, considera-se importante abordar as diferenças e/ou semelhanças entre gerações.

Segundo Bauman (2007, p. 370 *apud* Feixa; Leccardi, 2010, p. 185), “assim como os conceitos de ‘nação’ ou ‘classe’, o termo geração é uma expressão ‘performativa’ (que cria uma entidade para nomeá-la) – uma chamada ou convocação para uma batalha nas fileiras do imaginário, ou mais precisamente postulado, da comunidade”.

Para Tomizaki e Silva (2021), a noção de idade é importante na discussão das etapas da vida. Embora não existam “efeitos puros” da idade nos comportamentos políticos, não resta dúvida de que não se pode ignorar tal dimensão. Os autores complementam: “a idade introduz na análise dos comportamentos políticos o parâmetro fundamental do tempo e da duração da existência, mesmo que seu papel na estruturação e na evolução das atitudes e dos comportamentos políticos não seja regular nem facilmente identificável” (Tomizaki; Silva, 2021, p. 8).

Desde que se instituíram como categorias sociais que possuem demandas específicas, tanto jovens quanto idosos são tratados pelo Estado de forma diferente para terem seus direitos

garantidos de forma igualitária. A consciência geracional³² aparece frequentemente na estrutura dos negócios do Estado. Um exemplo é o acesso a políticas públicas no âmbito da educação. Segundo Fagundes, Zanella e Torres (2012), as temáticas mencionadas por jovens e idosos são muito semelhantes, com exceção dos problemas de gestão do governo indicados pelos idosos e da desigualdade social que aparece somente na perspectiva dos jovens. Os autores afirmam que os grupos de idosos e jovens assumiram posicionamentos diferentes com relação a alguns aspectos da vida e ressaltam que a história se encarregou de modificar as realidades sociais, através de duas gerações com diferentes visões da sociedade e da cidadania. Lembram que os níveis distantes de educação formal podem interferir nas diferenças de posicionamento; portanto, existem diferenças significativas entre ambas as categorias. Novos estudos sobre cidadania devem ser feitos para complementar as análises sobre o tema.

Grosso (2017), ao tratar de socialização ativa e dos jovens, constata que tanto jovens quanto adultos se veem diante de desafios e dilemas semelhantes, ainda que sejam enfrentados com diferentes experiências de vida acumuladas.

Segundo Okado e Ribeiro (2015), as eventuais diferenças entre a participação política de jovens e de adultos decorrem dos efeitos das transições inerentes ao ciclo de vida, que seriam responsáveis por oferecer oportunidades ou impor restrições de recursos participativos a ambas as categorias. Essas oportunidades geram diferenças nas formas como jovens e adultos efetivam o seu envolvimento na vida pública. A participação convencional impõe mais custos participativos – daí um menor acesso dos jovens ao processo –, enquanto a participação não convencional é mais plural e acessível à categoria. Aqueles que ocupam posições centrais no interior da sociedade têm mais chances de se envolver em atividades de campanha eleitoral, mas isso somente é possível com o ingresso na vida adulta.

Citando Zitkoski e Hamme, esclarecem Martins e Barros (2018, p. 58):

uma observação relevante sob a ótica geracional é o potencial de novidade e de criatividade que é inerente aos jovens, uma vez que eles “constituem-se enquanto novidade histórica” em relação às demais gerações e “às tradições culturais que se pretendem hegemônicas, pois enquanto nova geração a juventude está fora da lógica estruturante do mundo já instituído”.

Utilizando-se o termo “novidade” como sinônimo de “modernidade”, penetra-se no universo da cibercultura. Recorre-se, então, à análise de Ribeiro, Borba e Hansen (2016) em busca de diferenças geracionais que possam caracterizar politicamente os atores objeto desta pesquisa. Segundo os autores, o internauta brasileiro é mais educado, mais jovem, interessado

³² Como afirmam Feixa e Leccardi (2010), não há padronização para medir ou prognosticar o ritmo do tempo. Para delimitar, porém, o tempo nesta análise, convencionou-se considerar uma geração como um período de 20 anos.

em política, pertencente a associações esportivas, de lazer ou culturais e tem por hábito a leitura de jornais. O impacto da internet no engajamento também pode ser analisado como um efeito psicológico que combina as características psicossociais do indivíduo, considerando seu contexto social e os motivos que o levam a estar *online*. O modelo de engajamento na internet sugere que a cibercultura apresenta particularidades importantes que podem contribuir para um processo de mudança de valores. Todavia, não se pode esperar que ocorra uma mudança de valores entre os cidadãos adultos da sociedade contemporânea, pois a cultura e os valores estão intrinsecamente relacionados ao processo de socialização primária e secundária do indivíduo, portanto, podem-se esperar alterações apenas com mudanças geracionais.

Segundo Moreira e Souza (2022), a representação descritiva das bancadas municipais do Legislativo brasileiro revela a desigualdade no acesso ao campo político institucional. Por causa do filtro do processo eleitoral, determinados grupos são privilegiados na disputa por uma vaga no Parlamento, sobretudo em razão de sua posição dominante nas relações políticas, sociais e econômicas, caracterizadas por preconceitos e exclusões baseados na raça, classe, gênero e geração. É certo, então, afirmar que a desigualdade na representação política é um fenômeno decorrente de múltiplas causas e deve ser enfrentado por diferentes vias.

Visando reforçar a importância da utilização da consciência geracional como ferramenta na análise do perfil sociopolítico e da participação política de jovens, recorre-se a Abramo (2014), para quem a participação em todos os aspectos é um ato de vontade que depende de fatores que têm relação com a história e com o momento em que se vive, não diz respeito somente aos jovens, já que todos nós temos a nossa cota de responsabilidade na condução da vida coletiva.

No Brasil, a participação política é dever e direito daqueles que estão entre 16 e 70 anos. A “consciência geracional envolve deliberadamente a assunção de continuidades e descontinuidades intergeracionais [...]. Em outras palavras: consciência geracional é uma poderosa ferramenta para converter as diferenças entre gerações em bases de reconhecimento de si”, ensinam Feixa e Leccardi (2010, p. 194).

Esse reconhecimento de si dá-se de formas diferentes dependendo do contexto histórico. Segundo Castro e Tavares (2020, p. 16), “em cada contexto histórico e político, as novas gerações parecem assumir, paulatinamente, a posição de demandar o que lhes parece justo no cuidado consigo e com o mundo. Resta saber como as gerações mais velhas enfrentarão esse novo desafio do campo político”.

Existem, portanto, diferenças significativas entre as categorias jovens, idosos e adultos, em todos os aspectos da vida humana. Quando se trata de participação política enquanto

candidato, essas diferenças impedem parcialmente o acesso ao processo, especialmente pela delimitação de faixa etária, podendo dificultá-lo, principalmente quando o jovem não tiver o peso econômico, social e/ou político que beneficie os principais *stakeholders*³³ envolvidos no processo eleitoral. Vale ressaltar também que, assim como nossas histórias não são somente nossas, visto que são parte de histórias mais amplas, nossos modos de nos relacionar com o universo da política são também tributários de múltiplas histórias: das histórias das gerações que nos precederam, das histórias vividas no presente, situadas em configurações políticas, econômicas e sociais específicas, das histórias que podemos conceber para o futuro (nosso mesmo e das gerações que nos sucederão).

3.3 O jovem enquanto candidato no processo eleitoral

A avaliação de aspectos gerais da participação política de jovens como candidatos nos processos eleitorais concluirá o que se convencionou identificar, neste trabalho, como a etapa final e estruturante do perfil que se procura descrever. Sendo o último conceito relevante, a sua abordagem visa encontrar padrões repetidos do fenômeno, que acrescentem informações para o entendimento dos fatores que podem influenciar a formação do perfil dos indivíduos jovens candidatos em processos eleitorais locais.

A participação aqui examinada é sinônimo de representação. Segundo Young (2006), para se compreender a representação da sociedade civil nos novos espaços de participação social, é preciso conceber a representação como uma atividade e uma relação social, que consiste na conexão entre representante e representado em vez de um processo de substituição.

Segundo Moura (2009), o encontro da representação com a participação deve ser concebido no sentido de fazer com que esses dois processos não signifiquem meramente coisas diferentes e opostas, uma não podendo conviver com a outra.

Para Brites (2015), os preditores de participação tendem a agrupar-se em fatores macrossociais (como a história democrática), sociais (como a educação e a família) e psicológicos (eficácia, motivações, emoções).

Alvares (2010) e Norris (2013) sustentam que a participação política de jovens tem caráter formal e informal, concreta e abstrata: a primeira implica que membros de uma instituição ou de um grupo influenciam efetivamente todos os processos da vida institucional, a natureza de suas decisões e as mudanças nas estruturas de poder; a segunda envolve ações que exercem pouca ou nenhuma influência sobre a política e a gestão institucional e geram nos

³³ Todos os participantes do processo (PMBOK, 2008).

indivíduos e grupos a ilusão de um poder inexistente.

Para Boghossian e Minayo (2009), o conceito de participação possui alta carga simbólica, o que, de forma mais genérica, significa estar envolvido, tomar parte ou influir nos processos, nas decisões e nas atividades num contexto ou campo de ação em particular. As autoras afirmam que a participação é um processo de desenvolvimento da consciência crítica e de aquisição de poder e, ao mesmo tempo, uma necessidade humana fundamental, devendo, portanto, ser considerada um direito das pessoas.

Na discussão sobre representação e participação política, Dias (2006) defende que a qualidade da democracia depende do nível de participação política encontrado em cada sociedade. Essa participação pode ser definida resumidamente como um mecanismo que permite ao cidadão comum incorporar-se aos processos de formulação, decisão e implementação de políticas públicas. A participação traduz-se na capacidade que os indivíduos têm de influenciar as decisões políticas que são tomadas por seus representantes no âmbito do Estado.

Segundo Nicoletti (2013), a participação política não se faz de forma isolada, uma série de conjunturas e de relações confere à participação o *status* de busca em coletividade, o desejo de conexão entre indivíduos. Essas vontades, que vão além de questões minimalistas, acabam gerando um novo espaço de representação, um *locus* de representação extraparlamentar.

Para Carrano (2012), a participação não é um conceito pacífico, nem sempre traz em si o princípio generoso de envolvimento de todos nos processos de decisão. A autora afirma que o debate central sobre a participação juvenil, presente na literatura nacional e internacional, gira ao redor de duas percepções principais: a de que os jovens não participam; a de que os jovens participam numa nova perspectiva. Ainda segundo Carrano (2012), de um modo geral, são incipientes os estímulos dados pelo “mundo adulto” para o envolvimento de jovens em processos de participação. E é esse mesmo “mundo adulto” que não se cansa de repetir que os jovens são apáticos e que não se interessam pela política. Os níveis mais significativos de engajamento e de adoção de atitudes e valores democráticos encontram-se entre os jovens mais escolarizados. A sofisticação política e a predisposição à participação são fruto das oportunidades que nem todos os jovens possuem. As difíceis condições de vida e os complexos fatores relacionados com a pobreza e a desigualdade social – o que se convencionou denominar de “vulnerabilidade social” – criam dificuldades objetivas para o exercício da participação e o engajamento social e político. De fato, a busca pela sobrevivência não é compatível com o tempo livre que as atividades de participação política demandam dos cidadãos.

Os indivíduos mobilizam-se politicamente quando possuem os recursos necessários,

quando estão interessados ou motivados psicologicamente na participação e quando são convidados ou recrutados (Ribeiro; Borba; Hansen, 2016). Assim sendo, a dimensão dos recursos mostra-se útil para a perspectiva multidirecional, pois, como já discutido anteriormente, no modelo do voluntarismo cívico, a participação política é estratificada pelos recursos de tempo, dinheiro e habilidades cívicas, além de ser influenciada pelas motivações individuais (Verba; Schlozman; Brady, 1995).

Em diversas análises, como as de Tomizaki, Silva e Carvalho-Silva (2016), os jovens aparecem como desinteressados pela política e/ou desconfiados dos processos e das instituições políticas. Segundo os autores, esse traço parece ser quase universal entre eles. Existem ainda evidências de que o clientelismo, o patrimonialismo e o individualismo no processo eleitoral norteiam a percepção dos jovens e moldam suas atitudes, produzindo ou não neles uma cultura política da juventude (Baquero; Baquero; Morais, 2016).

Para Moreira e Badalotti (2018), os jovens fazem parte de uma categoria social que protagonizou uma diversidade de movimentos ao longo do tempo, porém, atualmente, encontra-se apática e estática na vida pública. Os autores ressaltam, todavia, que essa característica não seria exclusiva da juventude, encontra-se espalhada por toda a sociedade brasileira e latino-americana.

Especialmente no universo brasileiro, os jovens, com elevada crença no seu potencial de mudar o Brasil, prezavam as conquistas democráticas e distintas formas de atuação política para além do voto. Segundo Souto (2016), isso sinalizava o vigor de uma geração que, disposta a atuar em prol das melhorias desejadas, contemplava novas formas de exercício da política.

Para Ribeiro e Borba (2011), embora existam diferenças e especificidades no universo brasileiro, as distintas modalidades de participação no Brasil seguem os parâmetros gerais observados em outras democracias.

Nicoletti (2018) analisa a participação convencional da elite política juvenil³⁴ desde a redemocratização brasileira. Segundo ele, a participação dos jovens no processo político formal enquanto candidatos a cargos públicos, apesar de existir, não teria sido objeto de investigação da literatura especializada.

Por sua vez, Souza e Santos (2019), ao examinar a participação e a representação de jovens na política em âmbito local, constatam que, embora os jovens representem uma parcela importante na pirâmide demográfica do país, com cerca de 23,1% da população total, sua inserção no mercado político ainda é limitada em relação às potencialidades de candidaturas

³⁴ Nicoletti (2018) avalia a participação de jovens na disputa para o cargo de deputado federal.

que essa população incorpora.

Moreira e Badalotti (2018), quando tratam da participação de jovens em ações coletivas e espaços institucionalizados de poder, afirmam que os jovens haviam se afastado da política institucionalizada, mas não da democracia. Para a categoria, a democracia estaria associada a um desejo de liberdade e de autonomia que era inteiramente congruente com as perspectivas de renovação da democracia. No universo juvenil, a democracia estaria vinculada ao plano existencial e não a um plano político. Ao tratar do interesse dos partidos políticos pela categoria, os autores dizem que os partidos estavam utilizando estratégias de captação e criando meios de comunicação direta com os jovens.

A história mostra que, quando os jovens se envolvem nos processos políticos, os regimes autoritários podem cair e as trajetórias políticas dos países podem mudar (Idea, 2015). O engajamento é um dos aspectos do fenômeno da participação, assim como os demais acima citados. São várias dimensões a serem analisadas, entre as quais as subjetivas, como a cognitiva, a emocional e a cultural, e todas implicam escolhas que também são marcadas por subjetividades, cada personalidade constrói seus processos identitários, que geralmente se formaram no processo de socialização, como anteriormente descrito.

Existe uma fórmula que explique a criação de um estoque de disposição participativa? Segundo Fuks (2011), os recursos e oportunidades, que ele denomina de fatores estruturais, só são convertidos em participação quando há motivação individual.

Em termos gerais, no Brasil, segundo Fuks (2011), o engajamento político afeta duplamente a participação dos jovens, de forma direta e indireta, fato que os motiva a buscar informação política. O autor afirma que um ambiente familiar participativo estimula conversas e o hábito de se informar nos meios de comunicação, o que conduz o jovem a um comportamento mais participativo.

Segundo Ribeiro (2004), entre os brasileiros o interesse pelos assuntos políticos estava associado a níveis mais elevados de confiança. Essa é uma característica humana ligada ao temperamento e ao caráter da pessoa, uma emoção, um estado de espírito complexo que combina instinto e raciocínio, cálculo e intuição, expectativa e esperança, bem como experiências do passado e antecipações sobre o futuro.

Sobre a percepção que a categoria tem de si enquanto participante, recorre-se a Mesquita *et al.* (2016). Ao tentar compreender as trajetórias de participação de jovens, os autores afirmam que as compreensões que os jovens têm da política se mostravam bastante heterogêneas, eram reflexos das diferenças existentes entre os grupos dos quais fizeram parte e da própria pluralidade em termos de conteúdo e prática política. Em relação à militância, os autores

afirmam que essa dimensão era mediada pelos valores que norteiam as práticas associativas. Trata-se de um elemento de grande importância para a análise da participação juvenil na época de sua investigação.

Para Souto (2016), a maioria dos jovens, confiando em seu potencial de impulsionar mudanças na realidade social, reconhecem a importância da política: 53% deles apontam que a política é muito importante; 29% consideram-na mais ou menos importante; somente 17% acham que a política não é nada importante. A autora afirma que o valor atribuído à política cresce conforme o aumento da renda e da escolaridade. Na década anterior à sua análise, houve um aumento de seis pontos percentuais entre aqueles que não atribuem importância à política – um subgrupo composto, em sua maior parte, por jovens de renda familiar *per capita* baixa e, sobretudo, com menor grau de escolaridade.

Este capítulo objetivou apresentar um resumo do conceito de participação política e abordar a questão geracional, para estabelecer a diferença entre a participação política de jovens e a dos membros das demais faixas etárias.

Como conclusão do enfoque teórico do fenômeno estudado, constata-se que construir um perfil provoca dúvidas, e é necessário descrever instituições políticas³⁵ que limitam e condicionam o comportamento dos agentes, assim como aspectos culturais, habilidades, competências, realizações, pontos fortes do candidato, entre outras variáveis objetivas e subjetivas que influem no processo.

Vale salientar que, no universo do processo político de seleção e de participação, as convenções sociais já estabelecidas não são rompidas tão facilmente³⁶. Por isso, o passado importa, visto que cria uma sequência de acontecimentos ordenados que, às vezes, partem de uma única fonte, eventualmente adulto normativa.

³⁵ Sinteticamente, segundo Ellen Immergut (1992), as instituições políticas são as regras que determinam o resultado de políticas, que, para se materializarem no processo decisório, necessitam que tenha havido uma sucessão de votos afirmativos em todas as instâncias, fato que ela chama *decision points*.

³⁶ Maiores detalhes em Pierson (2015) no trato da dinâmica dos retornos crescentes.

4 A REPRESENTAÇÃO POLÍTICA DA JUVENTUDE NA ARENA ELEITORAL: UMA AVALIAÇÃO DO PERFIL DOS VEREADORES NAS ELEIÇÕES DE 2016 E 2020

4.1 Aspectos metodológicos do estudo

Para analisar a participação de candidatos jovens na esfera da representação política para a composição das bancadas das Câmaras Municipais, a pesquisa apoiou-se nos dados do TSE, referentes às eleições de 2016 e 2020. Os dados coletados foram organizados com base nos seguintes marcadores: município, estado, região, cargo em disputa, idade, escolaridade, gênero, raça, estado civil, partido dos candidatos e ideologia partidária.

A população-alvo da pesquisa é composta por todos os candidatos eleitos ao cargo de vereador nos diversos municípios que compõem a geografia política do país. Foram estabelecidos padrões comparativos dos candidatos jovens eleitos e dos candidatos de outros grupos etários, considerados na pesquisa como não jovens.

A pesquisa considerou a totalidade de municípios existentes no Brasil, excluindo aqueles onde não houve eleição, onde a eleição foi anulada ou onde o resultado estava *sub judice* no momento da coleta dos dados. Dessa forma, consideraram-se 5.668 municípios em 2016 e 5.664 municípios em 2020.

Foram consideradas apenas as candidaturas deferidas ou deferidas com recurso, excluindo-se aquelas que apareciam na base de dados como indeferidas, indeferidas com recurso, cassado com recurso e aguardando julgamento. Avaliaram-se apenas as candidaturas para o cargo de vereador(a), e excluíram-se os dados de prefeitos e vice-prefeitos e também os relativos ao segundo turno. Entre os eleitos, consideraram-se tanto os eleitos quanto os eleitos por média e os eleitos po meio do quociente partidário. Foram, portanto, excluídos os casos pendentes de julgamento ou *sub judice*.

O tratamento dos dados foi realizado com base em modelos de estatística descritiva e inferencial, que permitem estabelecer padrões comparativos na associação entre as variáveis selecionadas, de forma a distinguir semelhanças e discrepâncias na eleição de jovens eleitos para as Câmaras Municipais em 2016 e 2020 em comparação com outros grupos etários selecionados.

Para efeito desta pesquisa, a definição de jovem seguiu as orientações estabelecidas no Estatuto da Juventude, sancionado pelo governo federal em 2013, que considera jovem aquela parcela da população inserida na faixa etária entre 18 e 29 anos.

Para facilitar a comparação entre os jovens com outros grupos etários, o estudo transformou os dados em um modelo binário com uma construção entre jovens e não jovens.

Foram considerados jovens todos aqueles que apareciam na base do TSE com idade entre 18 e 29 anos e não jovens todos aqueles com 30 anos de idade ou mais.

É válido destacar que, no Brasil, quase não há pesquisas sobre a participação de jovens na esfera da representação política e sua real participação na composição do poder político local. É justamente essa lacuna que esta pesquisa pretende preencher, procurando abrir janelas de oportunidade para a inclusão deste tema na agenda de pesquisas da Ciência Política.

4.2 A participação da juventude no processo eleitoral

Os dados disponibilizados pelo TSE, relativos à idade dos candidatos e dos eleitos que se lançaram no mercado de votos para as disputas municipais, indicam que, na totalidade de candidaturas, os jovens têm reduzido sua participação no processo eleitoral municipal, pois, entre as eleições de 2016 e 2020, houve redução nessa participação: em 2016, os jovens na faixa etária de 18 a 29 anos representavam 10,1% do total de candidatos e passaram a representar apenas 8,8% em 2020.

Embora esse dado indique que está havendo uma redução no interesse dos jovens em participar enquanto candidatos do sistema eleitoral, especialmente na esfera local, não é possível afirmar que se trata de uma tendência. Com efeito, a análise de apenas duas eleições não representa um indicador suficiente para essa afirmação, ou apenas aponta uma especificidade pontual relativa à conjuntura de 2020, marcada pela ascensão da direita em diversos municípios, o que pode ter retraído a participação da juventude nessa eleição.

Para estabelecer observações mais consistentes sobre o interesse da juventude na esfera das eleições locais, haveria a necessidade de séries históricas mais expressivas que apontassem nessa direção, o que, entretanto, não constituiu o objeto de investigação desta pesquisa.

Por outro lado, quando se observam os dados relativos apenas aos eleitos, os dados indicam que a redução no número de candidatos não se refletiu na mesma proporção entre os jovens eleitos, pois, enquanto a redução na participação dos jovens enquanto candidatos foi na ordem de 1,3, entre os eleitos essa redução foi de apenas 0,4, passando de 7,5% em 2016 para 7,1% em 2020, conforme tabela abaixo.

Tabela 1 –Variação percentual dos candidatos e eleitos para os cargos de vereador no transcurso das eleições de 2016 para 2020 no Brasil, por faixa etária declarada.

Faixa etária	Candidatos				Eleitos			
	2016		2020		2016		2020	
	freq	%	freq	%	freq	%	freq	%
18 a 29 anos	43639	10,1	42655	8,8	4306	7,5	4070	7,1
30 a 40 anos	108378	25,0	114472	23,6	15744	27,3	15109	26,3
41 a 50 anos	134989	31,2	153098	31,5	19793	34,3	19763	34,3
51 a 60 anos	102474	23,7	120183	24,8	13407	23,3	13823	24,0
+ de 60 anos	43401	10,0	54872	11,3	4396	7,6	4783	8,3
TOTAL	432.881	100,0	485280	100,0	57646	100,0	57548	100,0

Fonte: Elaboração própria com base nos dados do TSE.

Vale observar, entretanto, que os jovens, enquanto candidatos ou eleitos, apresentam-se na condição de sub-representação em relação a outros grupos etários, o que confirma um dos indicadores levantados na hipótese complementar estabelecida no início desta pesquisa. A sub-representação é visualizada nos dados das duas eleições analisadas, pois, enquanto os jovens representam cerca de 22,3% da população, conforme avaliado no Gráfico 1 (exposto no capítulo anterior), sua inclusão na esfera representativa não ultrapassa os 10% quando se observam apenas as candidaturas e não ultrapassa 7,5% quando se observam os eleitos nas duas eleições analisadas.

Segundo Souza *et al.* (2020), a condição de sub-representação é uma situação em que a representação política de determinado grupo social não está em sintonia com sua posição na pirâmide demográfica do país. Nesse contexto, é clara a sub-representação dos jovens na esfera eleitoral, o que indica a necessidade de incentivos mais consistentes para encorajar a juventude a participar de forma mais ativa da esfera representativa, por meio da eleição de candidatos que reflitam os desejos e aspirações dessa fração da sociedade.

Um dado complementar que pode ser observado na esfera da sub-representação juvenil diz respeito à filiação partidária. Segundo as estatísticas eleitorais do TSE disponibilizadas até outubro de 2022, a presença do jovem nas legendas era bastante inferior ao esperado para esse grupo, pois apenas 1% dos filiados aos partidos políticos pertenciam à faixa etária considerada como jovem.

Isso, de certa forma, indica que, além de estarem sub-representados na esfera eleitoral, os jovens estão apartados do sistema político-partidário, o que exige atenção por parte dos movimentos sociais (vinculados à defesa dos interesses da juventude) para que sejam reivindicados maiores espaços de participação política no interior das agremiações partidárias,

que constituem a forma mais legítima de inserção da juventude nos espaços de poder.

Isso se torna relevante pelo fato de que a juventude é uma fração política com elevada importância na sociedade e possui demandas e interesses diferentes de outros grupos etários. Tem elevados índices de participação na mobilização política e na defesa da democracia representativa, o que torna esse segmento um ator importante, como agente de transformação política, que precisa ser ouvido nas instâncias de representação e de deliberação pública.

Por outro lado, um dado animador é que a participação dos jovens enquanto eleitores cresceu ao longo das últimas eleições. Segundo dados do TSE, entre 2018 e 2022, houve um aumento de 52,3% no comparecimento médio de jovens com voto facultativo entre 16 e 17 anos. Os dados demonstram que cerca de 2,1 milhões de eleitores nessa faixa etária estavam aptos a votar nesse ano e, em média, 1,7 milhão foi às urnas. Esse aumento é considerado significativo pelos analistas políticos, pois essa parcela do eleitorado era de 1,4 milhão em 2018 e o comparecimento médio foi de 1,1 milhão (BRASIL, 2022).

4.3 Taxa de sucesso das candidaturas jovens em relação a outros grupos etários

Além da sub-representação e da reduzida participação no sistema partidário, um dado que chama a atenção sobre a eleição de candidatos jovens é a taxa de sucesso das candidaturas – também bastante inferior comparativamente a outros grupos etários.

Na esfera econômica, a taxa de sucesso serve para indicar o retorno alcançado com o investimento realizado. Na esfera eleitoral, ela serve para medir o resultado na relação entre o quantitativo de candidatos e aqueles que foram efetivamente eleitos. Nessa perspectiva, na eleição de 2016, a taxa de sucesso das candidaturas jovens foi a mais baixa entre todos os grupos etários considerados; na eleição de 2020, a taxa de sucesso dos jovens só foi superior à dos candidatos situados na faixa etária com 60 anos ou mais, o que revela que jovens são mais rejeitados pelo eleitorado, que prefere candidatos mais experientes e com mais maturidade na esfera social.

Tabela 2 – Taxa de sucesso dos candidatos e eleitos para os cargos de vereador por faixa etária declarada (2016 e 2020).

Faixa etária	Candidatos			Eleitos		
	2016		Taxa de sucesso	2020		Taxa de sucesso
	Candidatos	eleitos		Candidatos	eleitos	
18 a 29 anos	43639	4306	9,9	42655	4070	9,5
30 a 40 anos	108378	15744	14,5	114472	15109	13,2
41 a 50 anos	134989	19793	14,7	153098	19763	12,9
51 a 60 anos	102474	13407	13,1	120183	13823	11,5
+ de 60 anos	43401	4396	10,1	54872	4783	8,7
TOTAL	432.881	57646	13,3	485280	57548	11,8

Fonte: Elaboração própria com base nos dados do TSE.

4.4 Perfil sociopolítico da representação da população jovem

Para medir a existência de diferenças (ou não) no perfil sociopolítico dos candidatos jovens (eleitos e não eleitos), selecionamos quatro indicadores que permitem estabelecer parâmetros para as características sociais que incidem em cada grupo etário considerado na pesquisa: gênero, escolaridade, estado civil e ideologia partidária.

Nosso objetivo nesta subseção consiste em testar a hipótese de que os candidatos jovens, comparativamente aos não jovens, apresentam um perfil social com menores indicadores de participação feminina, maiores níveis de escolarização, são da raça branca, solteiros e são eleitos preferencialmente por partidos de direita.

4.4.1 Diferenças entre os jovens a partir do gênero

Em relação ao gênero, procuramos testar a hipótese já indicada na literatura de que, no sistema político brasileiro, as mulheres estão sub-representadas em relação aos homens. Nesse aspecto, com base nos dados, são testadas duas situações: tanto a representação das mulheres jovens em relação às mulheres consideradas não jovens como a representação das mulheres jovens em relação aos homens jovens.

No Brasil, uma vasta literatura tem indicado que as mulheres, em geral, estão sub-representadas em relação aos homens, tanto em relação às candidaturas quanto em relação ao quantitativo de eleitas. Para superar a ausência de equidade entre os gêneros, desde 1995, o Brasil passou a adotar a chamada Lei de Cotas, que teve um significativo efeito na expansão da inclusão das mulheres nas listas partidárias, mas parece que o impacto dessa medida não foi tão significativo na perspectiva de possibilitar a inclusão das mulheres nas arenas legislativas.

As cotas foram instituída no Brasil pela Lei n.º 9.504/1997 e determinava que os partidos

reservassem pelo menos 30% de suas candidaturas a um dos sexos nas disputas eleitorais para a composição do Poder Legislativo nas diversas esferas territoriais onde se realizava a competição política: federal, estadual e municipal.

Como a lei não obrigava os partidos a cumprir as cotas, já que na sua elaboração foi empregada a palavra “reservar”, muitos partidos alegavam que haviam reservado as vagas, mas não havia candidatas interessadas em preenchê-las, o que acarretava a ausência de punição. Dessa forma, em 2009, a Lei n.º 12.034 alterou o artigo 10, § 3.º, da Lei n.º 9.504/1997, dispondo que os partidos seriam obrigados a preencher o percentual mínimo de 30% das candidaturas por um dos gêneros e que seria aplicada punição de cassação àqueles partidos ou coligações que descumprissem essa obrigatoriedade (Silva; Souza; Moreira, 2023).

Em 2015, houve novo incentivo para as candidaturas femininas, pois o plenário do TSE deliberou que os partidos deveriam reservar pelo menos 30% dos recursos do Fundo Especial de Financiamento de Campanha (FEFC) e do Fundo Partidário para o financiamento das candidaturas de mulheres, devendo esse mesmo percentual ser cumprido pelos partidos na divisão do tempo de propaganda eleitoral gratuita no rádio e na televisão entre os candidatos e as candidatas lançados em cada eleição (Silva; Souza; Moreira, 2023).

Apesar de um inegável aperfeiçoamento na legislação eleitoral com o intuito de fomentar a participação política feminina, os dados indicam que ainda há muito a ser realizado, pois a condição de sub-representação a que as mulheres estão submetidas se manifesta independentemente do grupo etário, atingindo, portanto, todas as mulheres indistintamente.

A esse respeito, Silva, Souza e Moreira (2023) afirmam que o simples estabelecimento das cotas de gênero nas listas partidárias não pode ser interpretado como condição suficiente para garantir maior equidade na representação política entre os gêneros na esfera eleitoral. Para que determinada candidatura se transforme, de fato, em representação, as mulheres precisam eleger-se, e isso depende de sua aceitação enquanto representante por parte do eleitorado.

Por outro lado, a literatura tem dado destaque a determinados fatores como obstaculizadores do sucesso das candidaturas femininas, como o tipo de lista adotado pelo sistema, a presença de mulheres nas hierarquias partidárias, os tipos de cotas adotadas, as penalidades previstas em caso de descumprimento, a distribuição dos recursos de campanha, entre outras variáveis (Silva; Souza; Moreira, 2023).

Para Araújo e Sacchet (2022), existem dois elementos centrais para explicar a sub-representação feminina: as regras de nosso sistema eleitoral são pouco efetivas para promover um aumento substancial no número de mulheres eleitas como visto em outros países que adotam o sistema de cotas; nossos partidos têm resistido à criação de medidas que poderiam contribuir

para alterar o quadro de exclusão feminina da esfera política, como a reserva de vagas no Parlamento, por exemplo.

No presente estudo, levando-se em consideração a relação entre juventude e gênero, os dados das eleições de 2016 e 2020 demonstram que, na perspectiva das candidaturas, as mulheres jovens têm encontrado um ambiente bastante favorável para se tornarem candidatas em comparação com as mulheres não jovens. Para se ter uma ideia, do total de candidatos jovens lançados em 2016, cerca de 42,9% eram mulheres, e em 2020 esse percentual subiu para 43,2%, o que revela que a participação das mulheres entre as candidaturas jovens é bastante superior ao indicado pela Lei de Cotas. Já para as mulheres candidatas consideradas não jovens, o percentual ficou bastante próximo ao determinado pela Lei de Cotas – 31,2% em 2016 e 33,3% em 2020 –, o que revela que a participação das mulheres jovens enquanto candidatas é bastante superior à das mulheres não jovens.

Isso indica que, entre os jovens, as mulheres são mais atuantes na tarefa de disputar espaços de poder com os homens e sentem mais estímulos para a tarefa da representação, o que pode indicar uma mudança nos indicadores futuros de participação feminina nos espaços de poder, pois espera-se que as mulheres jovens que estão atuando politicamente na atualidade continuem sua ação política na geração subsequente.

Tabela 3 – Distribuição percentual dos candidatos jovens e não jovens por gênero.

Grupo	Feminino		Masculino	
	2016	2020	2016	2020
Jovens	42,9	43,2	57,1	56,8
Não jovens	31,2	33,3	68,8	66,7

Fonte: Elaboração própria com base nos dados do TSE.

Por outro lado, quando olhamos a representação pelas lentes dos eleitos, os dados não são tão animadores, pois, por mais que um quantitativo bastante expressivo de mulheres jovens esteja disputando eleições, isso não se refletiu na mesma proporção nos indicadores da presença feminina nos parlamentos municipais. Na eleição de 2016, por exemplo, por mais que cerca de 42,9% do total de candidatos na faixa etária de 18 a 29 anos tenham sido mulheres, apenas 12,9% do total de eleitos nessa faixa etária eram do sexo feminino, o que revela que as mulheres jovens estão na mesma situação das mulheres não jovens, ou seja, continuam numa situação de sub-representação com poucas variações entre os dois grupos considerados, o que confirma um outro indicador da hipótese geral de que a representação nas câmaras municipais é predominantemente masculina, independentemente da faixa etária dos candidatos.

Tabela 4 – Distribuição percentual dos jovens e não jovens eleitos por gênero (2016 e 2020).

Faixa etária	Feminino		Masculino	
	2016	2020	2016	2020
Jovens	12,9	16,0	87,1	84,0
Não jovens	13,8	15,9	86,3	84,1

Fonte: Elaboração própria com base nos dados do TSE.

Para ilustrar melhor a diferença entre mulheres jovens e não jovens na relação entre candidaturas e eleitas, calculamos a taxa de sucesso na comparação entre mulheres jovens e não jovens. Os dados indicam que, na relação entre o quantitativo de candidatos e o quantitativo de eleitos, as mulheres jovens apresentam uma taxa de sucesso significativamente menor, pois, enquanto a taxa de sucesso das mulheres não jovens foi da ordem de 5,9% em 2016 e 5,7% em 2020, entre as mulheres jovens, esse percentual situou-se em torno de 3,0% e 3,5% respectivamente, o que ilustra a rejeição das candidaturas femininas por parte do eleitorado, independentemente de ser jovem ou não.

Da mesma forma, a taxa de sucesso das candidaturas femininas em relação aos homens também apresenta diferenças bastante significativas: a taxa de sucesso dos homens tanto entre os jovens quanto entre os não jovens ficou em torno de 15,1% e de 17,2% em 2016 e de 14,1% e de 15,2% em 2022 – portanto, bastante superior às taxas de sucesso das candidaturas femininas.

Isso indica que ainda há muito a ser feito para que a equiparação entre os gêneros se torne uma realidade na política eleitoral, e nem mesmo as mudanças institucionais recentes que procuravam melhorar a posição das mulheres na esfera da representação parlamentar conseguiram alterar essa realidade.

Nessa situação, os dados oferecem suporte para confirmar a hipótese inicialmente levantada na pesquisa de que, entre os jovens, as mulheres estão sub-representadas em relação aos jovens do gênero masculino.

Tabela 5 – Taxa de sucesso dos candidatos e eleitos jovens e não jovens para o cargo de vereador no Brasil por gênero (2016 e 2020).

Gênero		2016		Taxa de sucesso	2020		Taxa de sucesso
		Candidatos(as)	Eleitos(as)		Candidatos(as)	Eleitos(as)	
Mulheres	Jovens	18736	554	3,0	18413	650	3,5
	Não Jovens	121891	7239	5,9	149986	8564	5,7
Homens	Jovens	24903	3752	15,1	24242	3420	14,1
	Não Jovens	267351	46101	17,2	292639	44914	15,3

Fonte: Elaboração própria com base nos dados do TSE.

4.4.2 Diferenças entre os jovens a partir da raça

Outra hipótese que nos interessava investigar na participação da juventude na esfera política estava relacionada ao fato de que, entre os jovens eleitos, os negros e negras encontram mais dificuldades para ter acesso à representação política nas Câmaras Municipais do que os jovens brancos.

De fato, olhando-se os indicadores da eleição de jovens no Brasil, os dados parecem confirmar essa hipótese. De fato, entre os jovens, a maior proporção dos eleitos era de autodeclarados brancos, com 49,2% em 2016 e 57,6% em 2020. Entre a população negra, os jovens pardos elegeram-se numa proporção de 41,8% e 36,6% respectivamente em 2016 e 2020, e, entre os pretos, o percentual de eleição de jovens foi de 8,1% em 2016 e 5,3% em 2020.

Essa situação observada entre os jovens eleitos não se diferencia significativamente da população classificada como não jovem: a maior proporção dos eleitos também foi de pessoas brancas, com 56,9% em 2016 e 54,0% em 2020.

Essa realidade parece dar sentido aos argumentos da existência do racismo estrutural, que exclui pessoas negras do acesso a cargos de comando, pois a população negra, segundo dados do IBGE (2022), representa aproximadamente 56% da população total do país, mas ainda se encontra como minoria em vários aspectos da vida social.

Os dados disponíveis em diversos repositórios atestam que os negros se encontram em desvantagem. Mesmo que atualmente já sejam maioria no quantitativo de matrículas no ensino superior, resultado da aplicação da política de cotas, esse segmento continua sendo minoria em posições de liderança no mercado de trabalho, sofrem processos de exclusão no acesso a cargos relativos ao exercício da magistratura, além de terem dificuldades para exercer cargos de comando nas estruturas partidárias e ter acesso ao financiamento de campanha, o que dificulta sua inserção no Poder Legislativo, especialmente em posições mais elevadas na

hierarquia dos cargos políticos, como governadores, prefeitos e senadores.

Por outro lado, ainda que os negros sejam atualmente maioria no ensino superior público, esse segmento forma a maior parte da população carcerária registrada no Brasil e também corresponde à maioria das vítimas de homicídio por arma de fogo. Os negros apresentam mais dificuldades na conquista de emprego bem remunerados, além de receberem uma remuneração menor do que os brancos, mesmo quando possuem qualificação equivalente (Ferreira, 2015; Ferreira, 2014; Salata, 2018).

Todos esses dados demonstram a situação de desvantagem que a população negra enfrenta na esfera política, pois, mesmo com alguns avanços, a sub-representação observada entre os candidatos jovens parece dar acolhimento à nossa hipótese geral e complementar de que, entre os jovens eleitos para as Câmaras Municipais, a maior proporção é formada por jovens da raça branca, o que indica a sub-representação dos negros e negras no acesso aos cargos de vereador no poder local.

Tabela 6 – Distribuição percentual dos jovens e não jovens eleitos por raça (2016 e 2020).

Raça	Jovens		Não Jovens	
	2016	2020	2016	2020
Amarela	0,5	0,3	0,5	0,4
Branca	49,2	57,6	56,9	54,0
Indígena	0,4	0,2	0,3	0,3
Parda	41,8	36,6	37,1	39,0
Preta	8,1	5,3	5,2	6,3
TOTAL	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: Elaboração própria com base nos dados do TSE.

4.4.3 Diferenças entre os jovens a partir da escolaridade

Em relação à variável escolaridade, a pesquisa partiu da hipótese de que os jovens possuem escolaridade maior em relação aos não jovens. Entretanto, numa dimensão racial, procuramos testar a hipótese de que os jovens negros apresentam menores padrões de escolaridade do que os jovens brancos.

No que diz respeito aos dados agregados, os indicadores demonstram que os candidatos entre 18 e 29 anos efetivamente possuem padrões de escolarização bastante superiores aos das gerações anteriores. Tanto na eleição de 2016 quanto na de 2020, os jovens eleitos com ensino médio completo e com ensino superior completo estão em proporções superiores aos considerados não jovens, confirmando, portanto, a hipótese geral de que os jovens são mais escolarizados do que as gerações anteriores.

Esse dado pode ser explicado pela expansão do ensino médio e do ensino superior para municípios que até muito recentemente não eram atendidos por esse grau de escolarização, mas foram beneficiados com a política de universalização do ensino fundamental a partir da década de 90 (Salata, 2018).

Segundo Ferreira (2014), as oportunidades de acesso à educação básica no Brasil foram favorecidas a partir da década de 90 com a implantação do Fundo Nacional da Educação Fundamental (Fundef), que permitiu a universalização do ensino e o maior acesso da juventude aos ensinos fundamental e médio.

No caso do ensino superior, segundo Casqueiro, Irffi e Silva (2020), desde o final da década de 90, o Brasil tem adotado uma série de medidas, buscando promover o crescimento do ensino superior público e sua expansão para os diversos municípios. Esse processo pode ser dividido em três fases. Em um primeiro momento, houve a expansão do número de vagas e de cursos de nível superior nas sedes das universidades federais existentes. Posteriormente, assistiu-se a uma ampliação na oferta de cursos e de vagas por meio da criação de novas universidades federais em diversos municípios do interior do país e da criação e da consolidação dos *campi* universitários das instituições já existentes. Por fim, na terceira fase, foi instituído o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni), que procurava valorizar o papel estratégico das universidades federais no desenvolvimento econômico e social das municipalidades.

Assim, em relação às gerações anteriores, a juventude está encontrando condições mais satisfatórias para ter acesso à estrutura de oportunidades derivadas do acesso à educação, quando comparada a seus pais e avós e, por isso, está se inserindo no sistema político com escolarização um pouco mais elevada.

Tabela 7 – Distribuição percentual dos jovens e não jovens eleitos por escolaridade (2016 e 2020).

Escolaridade	Jovens		Não Jovens	
	2016	2020	2016	2020
Lê e escreve	0,5		1,8	1,9
Fundamental completo	4,9	4,1	13,6	11,7
Fundamental incompleto	2,2	1,9	15,0	12,2
Médio completo	44,2	42,6	36,6	37,0
Médio incompleto	3,4	3,1	3,9	3,9
Superior completo	29,1	32,8	26,0	30,3
Superior incompleto	15,7	14,8	3,1	3,0
Total	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: Elaboração própria com base nos dados do TSE.

4.4.4 A interseccionalidade entre raça e escolaridade

Por outro lado, quando se avaliam os padrões de escolarização a partir da comparação entre jovens negros e jovens brancos, os dados atestam que, de fato, no Brasil ainda há um abismo entre os eleitos, pois os jovens brancos possuem padrões de escolarização um pouco superiores aos dos jovens pretos e pardos.

Na eleição de 2016, enquanto 33,4% dos jovens autodeclarados brancos possuíam curso superior, entre os pardos, essa proporção era de 22,7% e, entre os pretos, de 22,8%. Observa-se a mesma situação na eleição de 2020, na qual os jovens brancos possuem ensino superior numa proporção bem superior à dos jovens pretos e pardos. Isso coincide com os dados do portal “Todos pela Educação”, que demonstram que, apesar dos avanços na inclusão de pretos e pardos nas políticas de acesso à educação, as diferenças raciais nos indicadores educacionais ainda persistem em diversos níveis sociais e em diversos municípios.

Um dos principais fatores que ainda incidem na diferença racial é a desigualdade socioeconômica. Nesse aspecto, de acordo com o IBGE (2022), enquanto os pretos e pardos representam 56% da nossa população, a proporção desse grupo entre todos os brasileiros abaixo da linha de pobreza é de 71%; já a fração de brancos é de apenas 27%. Quando olhamos os números da extrema pobreza, a discrepância quase triplica: 73% são negros e 25%, brancos.

Da mesma forma, além da renda, os dados do IBGE atestam a persistência de situações de maior vulnerabilidade, indicada por evidências nos campos da educação, da saúde, da habitação, do saneamento, entre outros, que mostram o evidente desequilíbrio na garantia de direitos na comparação entre brancos, pretos e pardos.

Além disso, os indicadores de acesso à educação e de evasão escolar são desfavoráveis para a população negra. De acordo com os dados divulgados na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) Educação, derivada da PNAD Contínua (IBGE, 2023), a taxa de analfabetismo entre pretos e pardos em 2022 é de 7,4% – o menor nível da série histórica desde 2016, mas ainda mais do que o dobro da taxa registrada entre brancos, que é de 3,4%.

Ademais, em 2022, do percentual de jovens entre 14 e 29 anos fora da escola, 70% eram negros e somente 28% brancos. Vale também registrar que, em 2022, o estudo da PNAD-Educação demonstrava uma queda no abandono escolar entre estudantes brancos e uma ligeira alta entre os negros.

Vitor Pereira (2022), em recente estudo intitulado *Diagnóstico do abandono e da evasão escolar no Brasil*, publicado pelo Instituto Mobilidade e Desenvolvimento Social, destacou que as chances de um jovem preto ou pardo de 20 a 24 anos estar fora da escola sem ter concluído o ensino médio é 55% maior do que a de um jovem branco.

A educação representa, portanto, um fator fundamental para a diminuição das desigualdades sociais, econômicas e regionais, consideradas indispensáveis para um verdadeiro Estado Democrático-Social de Direito. As políticas afirmativas adquirem, assim, grande relevância, porque a igualdade de oportunidades é essencial para a redução da desigualdade política.

Dessa forma, os dados parecem acolher a hipótese de que há efetivamente uma desigualdade entre os jovens eleitos a partir de um recorte racial, pois os jovens autodeclarados negros (pretos e pardos) possuem menores padrões de escolarização quando comparados a jovens autodeclarados brancos.

Tabela 8 – Distribuição percentual dos jovens e não jovens eleitos por escolaridade e raça (2016 e 2020).

Raça Escolaridade	2016			2020		
	brancos	pardos	pretos	brancos	pardos	pretos
Lê e escreve	0,3	0,9	0,0	0,7	0,7	0,9
Fundamental completo	4,3	5,9	6,4	3,9	4,5	3,3
Fundamental incompleto	1,7	2,9	3,6	1,2	2,9	1,4
Médio completo	40,3	50,0	49,7	39,0	47,4	46,5
Médio incompleto	2,8	3,8	6,4	2,5	4,0	2,8
Superior completo	33,4	22,7	22,8	36,5	27,9	28,2
Superior incompleto	17,2	13,8	11,1	16,2	12,6	16,9
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: Elaboração própria com base nos dados do TSE.

4.4.5 Diferenças entre os jovens a partir do estado civil

Em relação ao estado civil, a pesquisa procurou comprovar a hipótese de que os jovens são em sua maioria solteiros, ao contrário dos não jovens. Como hipótese complementar, partiu-se da evidência de que os jovens negros apresentam mais dificuldades para contrair matrimônio do que os jovens brancos.

Na avaliação dos dados agregados, chegou-se à conclusão de que tanto na eleição de 2016 quanto na eleição de 2020, os jovens são em sua maioria solteiros quando comparados aos não jovens.

Isso indica que a adesão aos valores referentes à dimensão familiar tem mudado significativamente ao longo das gerações. Para a geração atual, o casamento não significa ausência de responsabilidade social, e os jovens, em razão de diversas questões, tanto afetivas quanto financeiras e profissionais, não precisam necessariamente ser reconhecidos como chefes de família para assumir responsabilidades de representação política nas instâncias de deliberação pública.

Segundo Zordan, Falcke e Wagner (2009), na passagem do modelo tradicional para as

diversas formas de casamento atuais, observam-se mudanças tanto nos papéis conjugais como nas expectativas em relação à união conjugal. No casamento contemporâneo, os ideais do amor romântico, de que a união deve ser única e eterna, tendem a fragmentar-se, principalmente devido à emancipação e à autonomia das mulheres e também devido à mudança nos papéis entre os gêneros.

Para as autoras, enquanto, até a década de 70, a constituição da família parecia orientar-se por um modelo único de família nuclear tradicional, caracterizada pelo casamento heterossexual indissolúvel e pelos papéis do homem como provedor e da mulher como mãe e dona de casa, atualmente, as pessoas adquiriram autonomia nas relações afetivas, na sexualidade, na reprodução e no trabalho. Os jovens estão optando por casar e ter filhos mais tarde, de modo a garantirem o seu futuro profissional.

As estatísticas derivadas do Registro Civil do IBGE (2015) mostram que, na década de 60, a idade média para o primeiro casamento era 20 anos para as mulheres e 23 anos para os homens. A partir da primeira década do século XXI, o primeiro casamento chega em média aos 30 anos para as mulheres e aos 33 anos para os homens, o que explicaria a maior proporção de jovens solteiros nos dados eleitorais.

Por essa razão, não é de se admirar que os dados sobre a decisão de contrair matrimônio mostrem uma diferença entre os eleitos jovens e outros grupos etários, confirmando a hipótese de que, entre os jovens, ser solteiro é o padrão que os diferencia dos não jovens.

Tabela 9 – Distribuição percentual de jovens e não jovens eleitos por estado civil (2016 e 2020).

Estado civil	Jovens		Não jovens	
	2016	2020	2016	2020
Solteiro	77,3	81,2	24,0	27,4
Casado	22,0	17,9	68,2	64,0
Separado/divorciado	0,6	0,9	6,7	7,6
Viúvo	0,1	0,0	1,1	1,0
TOTAL	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: Elaboração própria com base nos dados do TSE.

Por outro lado, na desagregação dos dados a partir de um recorte racial, partiu-se da suposição de que, entre os negros, o percentual de jovens solteiros seria maior do que o dos jovens brancos; entretanto, os dados não ofereceram suporte para confirmar essa hipótese, pois a condição de candidatos solteiros apareceu como dominante em todos os grupos raciais considerados, sem grandes variações.

Esse dado parece contrariar os estudos de Pacheco (2008) e Souza (2008), que indicam a presença de desvantagens em relação ao matrimônio em razão da cor da pele. Segundo esses

estudos, é possível defender a tese da solidão afetiva como consequência de atributos raciais. Para as autoras, o fenômeno da desvalorização da pessoa negra pode ser observado em situações da conjugabilidade, em que pessoas negras, especialmente as mulheres negras, apresentam poucas condições de serem vistas como uma opção para se tornarem esposas e parceiras quando comparadas aos outros grupos raciais.

Entretanto, como este estudo não desenvolveu um recorte a partir do gênero, não foi possível afirmar que, entre as mulheres jovens pertencentes à raça negra, a tese da solidão afetiva pode ser evidenciada no caso da representação política do poder local.

Silva, Souza e Moreira (2023), em um estudo sobre a interseccionalidade entre raça e gênero nas eleições municipais, demonstraram que, entre as mulheres eleitas em 2016 e 2020, as autodeclaradas pretas estavam em sua maior proporção na condição de solteiras em relação às mulheres brancas e pardas. Essa constatação comprovou parcialmente a tese da solidão afetiva das mulheres negras; entretanto, em relação ao segmento jovem, seriam necessários estudos complementares para confirmar essa hipótese, pois os dados agregados não ofereceram suporte para confirmar a hipótese inicialmente levantada.

Tabela 10 – Distribuição percentual dos jovens eleitos por estado civil e raça (2016 e 2020).

Raça Escolaridade	2016			2020		
	brancos	pardos	pretos	brancos	pardos	pretos
Solteiros	76,9	78,3	75,4	82,2	79,3	84,0
Casados	22,4	21,1	24,6	17,0	19,6	15,1
Separados/divorciados	0,7	0,5	0,0	0,8	1,1	0,9
Viúvos	0,0	0,1	0,0	0,0	0,0	0,0
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: Elaboração própria com base nos dados do TSE.

4.4.6 Diferenças entre os jovens a partir da ideologia partidária

Com relação à dimensão ideológica dos vereadores eleitos, o estudo avaliou duas situações: a existência de diferenças entre os candidatos jovens e os não jovens e a relação entre esta variável e a ideologia partidária e também a relação da ideologia partidária com a variável raça de forma a identificar a existência de diferenças entre a ideologia partidária e as candidaturas de pessoas jovens e não jovens e se a raça apresenta alguma capacidade explicativa neste fenômeno.

Nessa segunda dimensão, interessava avaliar se o critério racial incide na ideologia da juventude no momento de escolher um partido político para o qual disputará votos. De certa forma, isso está relacionado à ideia de que os partidos de esquerda são mais sensíveis à

incorporação de grupos minoritários do que os partidos de direita³⁷.

Na avaliação dos resultados, numa perspectiva agregada, os dados indicaram que a maior proporção dos candidatos jovens se elegeu por partidos de direita tanto na eleição de 2016 quanto na de 2020. Nesse aspecto, não foram encontradas distinções entre os candidatos jovens e o grupo considerado como não jovem.

De certa forma, isso ocorre no Brasil porque as legendas vinculadas ao campo da direita são proporcionalmente a maioria em relação aos partidos de centro e de esquerda. No levantamento dos dados referente a 2022, disputaram a eleição cerca de cinco legendas de centro, 19 como partidos de direita e 12 legendas vinculadas ao campo da esquerda.

Nesse aspecto, parte da literatura tem indicado que, devido aos incentivos feitos pelas instituições que regulam o processo competitivo no Brasil, os partidos são atores frágeis na sua conexão com o eleitorado e não adquirem centralidade no processo competitivo. Isso faz com que os candidatos procurem as legendas muito mais por meio de um cálculo racional sobre suas reais chances de conquistar uma vaga no Parlamento do que por critérios de proximidade ideológica (Maiwaring, 2003).

Além disso, Souza *et al.* (2021) indicam que, a partir de 2016, em razão do *impeachment* da presidente Dilma Rousseff, as eleições de 2016 e 2020 ocorreram num cenário marcado por uma forte criminalização midiática dos principais partidos de esquerda e por uma grande expansão das bancadas conservadoras. Esses eventos produziram grandes mudanças no posicionamento dos eleitores com respeito aos partidos que se lançaram no mercado de votos, o que fez com que houvesse um redirecionamento de candidaturas para os partidos de direita, como forma de conquistar essa fatia do eleitorado.

Tabela 11 – Distribuição percentual dos jovens e não jovens eleitos por ideologia partidária (2016 e 2020).

Ideologia	Jovens		Não Jovens	
	2016	2020	2016	2020
Esquerda	25,2	22,8	23,8	18,9
Centro	20,9	25,7	29,6	24,4
Direita	53,9	51,5	46,6	56,7
TOTAL	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: Elaboração própria com base nos dados do TSE.

³⁷ Para efeito desta pesquisa, a classificação ideológica dos partidos foi inspirada em Tarouco e Madeira (2013): Centro: PMDB, PSDB, PV, PPS. Direita: Solidariedade (SD), Partido Trabalhista Nacional (PTN), Partido Trabalhista Cristão (PTC), PTB, PT do B, PSL, PSDC, Partido Social Democrático (PSD), PSC, Partido Renovador Trabalhista Brasileiro (PRTB), PRP, PRB, PR, PP, PHS, Partido Ecológico Nacional (PEN), DEM, NOVO, PMB. Esquerda: PT, Partido Socialista dos Trabalhadores Unificados (PSTU), PSOL, Partido Socialista Brasileiro (PSB), Partido Republicano da Ordem Social (PROS), Partido Pátria Livre (PPL), PMN, PDT, Partido da Causa Operária (PCO), Partido Comunista Brasileiro (PCB), Pcdob, REDE.

No que se refere à relação entre a ideologia partidária dos jovens eleitos e sua distribuição a partir de um recorte racial, os dados indicam que, em todos os grupos raciais considerados, os jovens elegeram-se majoritariamente por partidos de direita tanto em 2016 quanto em 2020, o que indica que o critério racial não é fator significativo para produzir uma diferenciação na dimensão ideológica das candidaturas.

É válido destacar, entretanto, que, se forem isolados os jovens que se elegeram apenas por partidos de esquerda, observar-se-á que, proporcionalmente, os jovens pretos e pardos se elegem numa proporção um pouco superior à dos jovens brancos por esse campo ideológico.

Nesse aspecto, enquanto os jovens autodeclarados brancos que se elegeram por partidos de esquerda representavam apenas 22,2% em 2016 e 17,2% em 2020, entre os autodeclarados pardos essa proporção passou para 25,7% em 2016 e 20,2% em 2020; entre os jovens autodeclarados pretos, esse percentual chegou a 27,5% em 2016 e a 24,6% em 2020, o que não invalida inteiramente o argumento de que os partidos de esquerda são mais abertos para a participação e o recrutamento de minorias raciais entre seus quadros políticos.

Isso permite confirmar parcialmente a hipótese levantada inicialmente, que partia da constatação de que os jovens negros se elegem predominantemente por partidos de esquerda e os jovens brancos, por partidos de direita. Entretanto, por mais que essa afirmação não seja verdadeira na sua totalidade, os dados indicam que os partidos de esquerda são mais abertos para a inclusão de jovens negros entre os eleitos, pois apresentaram maiores percentuais de eleição de pessoas desse grupo em relação aos jovens brancos eleitos.

Tabela 12 – Distribuição percentual dos jovens eleitos por ideologia partidária e raça (2016 e 2020).

Raça Ideologia	2016			2020		
	brancos	pardos	pretos	brancos	pardos	pretos
Esquerda	22,2	25,7	27,5	17,2	20,2	24,6
Centro	32,9	25,1	25,0	27,4	21,1	18,9
Direita	44,9	49,2	47,5	55,4	58,7	56,5
TOTAL	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: Elaboração própria com base nos dados do TSE.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa teve como objeto de investigação a participação da juventude no processo eleitoral, a partir da percepção de que no Brasil está havendo mudanças significativas no perfil geracional dos candidatos e eleitos. Com foco nas eleições legislativas municipais ocorridas em 2016 e 2020, investigou-se a validade dessa percepção, procurando-se identificar a existência de diferenças no perfil sociopolítico de candidatos jovens (entre 18 e 29 anos) e de outros grupos etários de forma a perceber quais marcadores sociopolíticos incidem na presença de diferenças entre jovens e não jovens.

Nesse sentido, com base nos dados eleitorais relativos às disputas para as câmaras de vereadores nos diversos municípios do país, a pesquisa comparou algumas variáveis componentes do perfil social e político (gênero, escolaridade, idade, estado civil, ideologia partidária) dos grupos etários, analisando especialmente os candidatos eleitos.

Para estabelecer padrões comparativos entre candidatos jovens e não jovens, o estudo partiu da seguinte problematização: **Qual o perfil sociopolítico de candidatos jovens em comparação com candidatos não jovens na composição da representação para as Câmaras Municipais nos municípios brasileiros?**

Tentando encontrar respostas para esse problema, a pesquisa partiu de uma hipótese geral e de seis hipóteses complementares.

A hipótese geral partia da ideia de que, em comparação com as gerações precedentes, a maior proporção dos jovens eleitos apresenta um perfil determinado pelas seguintes características: gênero masculino, raça branca, maior escolarização, solteiros e eleitos predominantemente por partidos de direita.

Já as hipóteses complementares estabeleceram-se com base na interseccionalidade entre as variáveis selecionadas e desdobraram-se em seis dimensões:

- a) entre os eleitos, os jovens estão sub-representados em relação aos não jovens;
- b) as mulheres jovens estão sub-representadas em relação aos homens jovens;
- c) os jovens negros e negras encontram mais dificuldades para ter acesso à representação política nas Câmaras Municipais do que os jovens brancos;
- d) os jovens negros e negras apresentam padrões de escolaridade inferiores aos dos jovens brancos;
- e) os jovens são em sua maioria solteiros em relação aos não jovens, e os jovens negros apresentam mais dificuldades para contrair matrimônio do que os jovens brancos;
- f) os jovens negros elegem-se predominantemente por partidos de esquerda em relação aos jovens brancos.

Para testar as hipóteses levantadas, utilizou-se o método descritivo, de natureza exploratória, que permite descrever e observar características de determinada população, estabelecendo relações de proporcionalidade entre variáveis, de forma a identificar discrepâncias ou convergências entre os valores das variáveis componentes de um mesmo fenômeno – no caso, a eleição de vereadores em 2016 e 2020. Os jovens eleitos foram divididos em grupos etários e distribuídos com base nas seguintes variáveis: gênero, escolarização, idade, estado civil e ideologia partidária.

À luz dessa metodologia, testaram-se as diversas hipóteses. As conclusões são adiante expostas.

A hipótese geral foi efetivamente confirmada, pois, na análise dos dados, observou-se que, comparativamente às gerações precedentes, a representação política da juventude nas Câmaras Municipais é marcada por vereadores do gênero masculino, de raça branca, com maior escolarização, os quais são solteiros e se elegem predominantemente por partidos de direita.

Quanto às hipóteses complementares, a primeira indicava que as mulheres jovens estão sub-representados em relação aos jovens do gênero masculino. Essa hipótese foi efetivamente confirmada, pois os dados indicaram que, por mais que as mulheres jovens tenham participado ativamente do processo eleitoral enquanto candidatas, na perspectiva das eleitas, as mulheres jovens estão em situação de desvantagem quando comparadas aos homens jovens e também às mulheres não jovens.

Em relação à segunda hipótese, segundo a qual os jovens negros encontram mais dificuldades para ter acesso à representação política nas Câmaras Municipais do que os jovens brancos, os dados também confirmaram essa suposição: de fato, por mais que a população negra seja maioria, a representação juvenil nas Câmaras Municipais é formada predominantemente por jovens brancos.

A terceira hipótese – os jovens negros apresentam padrões de escolaridade inferiores aos dos jovens brancos, também foi confirmada, pois os jovens brancos possuem padrões de escolarização um pouco superiores aos dos jovens pretos e pardos.

Em relação ao estado civil, com base na tese da solidão afetiva, testamos a hipótese complementar de que os jovens negros apresentam mais dificuldades para contrair matrimônio do que os jovens brancos. Essa hipótese foi rejeitada: a condição de solteiro não provocou variações significativas entre os grupos raciais.

Por fim, a última hipótese levantada fazia referência à ideologia partidária, indicando que os jovens candidatos negros se elegem predominantemente por partidos de esquerda e os brancos, por partidos de direita. Essa hipótese foi parcialmente confirmada, pois, numa

avaliação agregada, tanto candidatos brancos quanto pretos e pardos elegeram-se predominantemente por partidos de direita, mas, numa avaliação relativa, os dados indicaram que os pretos e pardos apresentam maiores proporções de candidatos eleitos por partidos de esquerda em relação aos candidatos brancos.

6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAMO, Helena Wendel. Condição juvenil no Brasil contemporâneo. In: ABRAMO, Helena Wendel; BRANCO, Pedro Paulo Martoni (org.). *Retratos da juventude brasileira: análises de uma pesquisa nacional*. São Paulo: Instituto Cidadania: Editora Fundação Perseu Abramo, 2005. p. 37-71.

ABRAMO, Helena Wendel. *Estação juventude: conceitos fundamentais – ponto de partida para uma reflexão sobre políticas públicas de juventude*. Brasília, DF: Secretaria Nacional de Juventude, 2014.

ABRAMOVAY, Miriam; CASTRO, Mary Garcia; WASELFSZ, Júlio Jacobo. *Juventudes na escola, sentidos e buscas: por que frequentam?* Brasília, DF: Flacso Brasil, OEI, MEC, 2015.

ÁLVARES, Maria Luzia Miranda. *Recrutamento político e seleção de candidaturas: as listas e as lideranças no jardim secreto*. Trabalho apresentado no V Congresso Latinoamericano de Ciencia Política, Buenos Aires, 2010.

ANDRADE, Bruno Dias P. de; LUZ, Joyce. Renovação política? A presença da juventude nas eleições proporcionais entre 2010 e 2020. *Juventude.br*, [s. l.], v. 19, n. 1, p. 39-50, 2021. Disponível em: <https://juventudebr.emnuvens.com.br/juventudebr/article/view/247>.

ANDUIZA PEREA, Eva; CRESPO MARTÍNEZ, Ismael; MÉNDEZ LAGO, Mónica. *Metodología de la ciencia política*. 2. ed. rev. Madrid: Centro de Investigaciones Sociológicas, 2009 (Cuadernos Metodológicos, n. 28).

ANSELMINI, Priscila; CRISTIANETTI, Jessica. Minorias e a busca pelo reconhecimento no Estado democrático de direito: uma abordagem a partir de Jurgen Habermas e Nancy Fraser. *Revista Jurídica Cesumar*, [s. l.], v. 20, n. 1, p. 151-165, jan./abr. 2020. DOI: <https://doi.org/10.17765/2176-9184.2020v20n1p151-165>.

ARAÚJO, Clara; SACCHET, Teresa. Partidos políticos, regras eleitorais e gênero nas eleições de 2022: possibilidades e desafios. In: INÁCIO, Magna; OLIVEIRA, Vanessa Elias de (org.). *Democracia e eleições no Brasil: para onde vamos?* São Paulo: Hucitec, 2022. p. 182-200.

ARAÚJO, Silvia Maria de; BRIDI, Maria Aparecida; MOTIM, Benilde Lenzi. *Sociologia: ensino médio*. São Paulo: Scipione, 2013.

BAQUERO, Marcello; BAQUERO, Rute Vivian Angelo; MORAIS, Jennifer Azambuja de. Socialização política e internet na construção de uma cultura política juvenil no Sul do Brasil. *Educação & Sociedade*, Campinas, v. 37, n. 137, p. 989-1008, out./dez. 2016. DOI: 10.1590/ES0101-73302016166022.

BARROS, Antonio Teixeira de; GUIMARÃES, Ricardo Senna; SILVA, Sérgio Freitas da; SILVA, Terezinha Elisabeth da. Juventudes partidárias no Brasil: motivações e perspectivas dos jovens filiados a partidos políticos. *Revista Brasileira de Ciência Política*, Brasília, DF, n. 30, p. 113-158, set./dez. 2019. DOI: 10.1590/0103-335220193004.

BECKER, Howard Saul. *Outsiders: estudos de sociologia do desvio*. Tradução de Maria Luiza X. de Borges. Revisão técnica de Karina Kushner. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2008.

BENITO, Linconl Agudo Oliveira; LIMA, Rosana da Cruz. Perfil sociodemográfico e sociopolítico dos profissionais de enfermagem candidatos nas eleições municipais de 2020. *REVISA: Revista de Divulgação Científica Sena Aires*, [s. l.], v. 10, n. 1, p. 165-180, 2021. DOI: 10.36239/revisa.v10.n1.p165a180.

BOGHOSSIAN, Cynthia Ozon; MINAYO, Maria Cecília de Souza. Revisão sistemática sobre juventude e participação nos últimos 10 anos. *Saúde e Sociedade*, São Paulo, v. 18, n. 3, p. 411-423, 2009. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0104-12902009000300006>.

BORBA, Julian. Participação política: uma revisão dos modelos de classificação. *Revista Sociedade e Estado*, [s. l.], v. 27, n. 2, p. 263-288, maio/ago. 2012. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0102-69922012000200004>.

BRASIL. Tribunal Superior Eleitoral. *Portal de Dados Abertos do TSE*: Repositório de Dados Eleitorais, 2023. Disponível em: <https://dadosabertos.tse.jus.br/>.

BRITES, Maria José. *Jovens culturas cívicas: por entre formas de consumo noticioso e participação*. Covilhã: Livros LabCom, 2015.

CAETANO, Pedro. A socialização política dos estudantes no plural. *Educação & Sociedade*, Campinas, v. 37, n. 137, p. 1045-1060, out./dez. 2016. DOI: 10.1590/ES0101-73302016165913.

CAMARANO, Ana Amélia; MELLO, Juliana Leitão e; PASINATO, Maria Tereza; KANSO, Solange. Caminhos para a vida adulta: as múltiplas trajetórias dos jovens brasileiros. *Ultima Década*, Santiago, v. 12, n. 21, p. 11-50, dic. 2004. DOI: <http://dx.doi.org/10.4067/S0718-22362004000200002>.

CARRANO, Paulo. A participação social e política de jovens no Brasil: considerações sobre estudos recentes *O Social em Questão*, Rio de Janeiro, ano 15, n. 27, p. 83-100, 2012. Disponível em: https://osocialemquestao.ser.puc-rio.br/media/osocial27_carrano1.pdf. Acesso em: 3 jun. 2014.

CASQUEIRO, Mayara Lima; IRFFI, Guilherme; SILVA, Cristiano da Costa da. A expansão das Universidades Federais e os seus efeitos de curto prazo sobre os Indicadores Municipais. *Revista Avaliação*, Campinas, v. 25, n. 1, p. 155-177, mar. 2020. DOI: <https://doi.org/10.1590/S1414-40772020000100009>.

CASTRO, Lucia Rabello de; TAVARES, Renata. Direitos geracionais e ação política: os secundaristas ocupam as escolas. *Educação e Pesquisa*, São Paulo, v. 46, e237291, p. 1-19, 2020. DOI: <https://doi.org/10.1590/S1678-4634202046237291>.

CASTRO, Mary Garcia. Políticas Públicas por identidades e de ações afirmativas: acessando gênero e raça, na classe, focalizando juventudes. In: NOVAES, Regina; VANNUCHI, Paulo (org.). *Juventude e sociedade: trabalho, educação, cultura e participação*. São Paulo: Instituto Cidadania: Editora Fundação Perseu Abramo, 2004. p. 275-303.

COELHO, Teixeira. Cultura e cultura política dos jovens. *Revista USP*, São Paulo, n. 32, p. 156-165, dez./fev. 1996-1997. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/revusp/article/view/26039/27768>. Acesso em: 3 jun. 2014.

CRESWELL, John W.; CLARK, Vicki L. Plano. *Pesquisa de métodos mistos*. 2. ed. Porto

Alegre: Penso, 2013.

DIAS, Márcia Ribeiro. *Questões para a democracia: redimensionando os espaços entre a representação e a participação política*. Porto Alegre: Guayí, 2005.

DICIONÁRIO de Sociologia. [20--]. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/xmlui/bitstream/handle/praxis/482/5023019-DICIONARIO-DE-SOCIOLOGIA.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 3 jun. 2014.

DOWNS, Anthony. *Uma teoria econômica da democracia*. São Paulo: Edusp, 2013.

FAGUNDES, Mateus Miranda; ZANELLA, Michele; TORRES, Lucena Tatiana. Cidadão em foco: representações sociais, atitudes e comportamentos de cidadania. *Psicologia: teoria e prática*, São Paulo, v. 14, n. 1, p. 55-69, 2012.

FANTINI, João Angelo. Aquarela da intolerância: racialização e políticas de igualdade no Brasil. *Leitura Flutuante*, [s. l.], v. 4, n. 1, p. 59-84, 2012.

FEIXA, Carles; LECCARDI, Carmem. O conceito de geração nas teorias sobre juventude. *Revista Sociedade e Estado*, [s. l.], v. 25, n. 2, p. 185-204, maio/ago. 2010. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0102-69922010000200003>.

FERREIRA, Helder Rogério Sant'Ana; MARCIAL, Elaine Coutinho. *Violência e segurança pública em 2023: cenários exploratórios e planejamento prospectivo*. Rio de Janeiro: Ipea, 2015.

FERREIRA, Lara Marina. *A emancipação pela via da representatividade: considerações sobre as pesquisas realizadas no eixo participação política dos grupos minorizados, no âmbito do projeto sistematização das normas eleitorais (SNE)*. Tribunal Superior Eleitoral. Eixo Temático VII: Participação política dos grupos minorizados. Brasília, DF. 2022.

FERREIRA, Mônica Dias Peregrino. Juventude, escola e trabalho: uma aproximação necessária. *Boletim CEDES*, [s. l.], v. 35, p. 1-7, 2014.

FUCKS, Mario. Efeitos diretos, indiretos e tardios: trajetórias da transmissão intergeracional da participação política. *Lua Nova*, São Paulo, n. 83, p. 145-178, 2011.

GROPPO, Luís Antônio. Juventudes e políticas públicas: comentários sobre as concepções sociológicas de juventude. *Desidades: Revista Científica da Infância, Adolescência e Juventude*, n. 14, ano 5, p. 9-17, mar. 2017. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/desidades/article/view/9574/7482>. Acesso em: 20 jun. 2017.

GUEDES-NETO, João V. “Se você é jovem ainda”: análise sobre os candidatos jovens nas eleições proporcionais de 2018 no Brasil. *Revista de Sociologia e Política*, Curitiba, v. 30, e009, p. 1-16, 2022. DOI: <https://doi.org/10.1590/1678-98732230e009>.

GUIMARÃES, Antonio Sérgio Alfredo. Como trabalhar com “raça” em sociologia. *Educação e Pesquisa*, São Paulo, v. 29, n. 1, p. 93-107, jan./jun. 2003.

GUIMARÃES, Nadya Araujo. Trabalho: uma categoria-chave no imaginário juvenil? In: ABRAMO, Helena Wendel; BRANCO, Pedro Paulo Martoni (org.). *Retratos da juventude brasileira: análises de uma pesquisa nacional*. São Paulo: Instituto Cidadania: Editora Fundação

Perseu Abramo, 2005. p. 149-174.

<https://www.cepchile.cl/investigacion/la-participacion-politico-electoral-de-los-jovenes-en-mexico/>. Acesso em: 15 ago. 2023.

IMMERGUT, Ellen M. *As regras do jogo: a lógica da política de saúde na França, na Suíça e na Suécia*. Tradução de Vera Pereira. Artigo publicado originalmente em: STEINMO, Sven; THELEN, Kathleen; LONGSTRETH, Franck (ed.). *Structuring Politics: Historical Institutionalism in Comparative Analysis*. New York: Cambridge University Press, 1992. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4096921/mod_resource/content/1/Immergut_sistemas%20de%20saude.pdf. Acesso em: 3 jun. 2014.

INSTITUTE FOR DEMOCRACY AND ELECTORAL ASSISTANCE. A participação de jovens em processos eleitorais: novos papéis para os órgãos de gestão eleitoral africanos. *Resumo de Política*, nov. 2015. Disponível em: <https://www.idea.int/sites/default/files/publications/a-participacao-de-jovens-em-processos-eleitorais-PT.pdf>. Acesso em: 3 dez. 2015.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. *Fundamentos de metodologia científica*. 5. ed. São Paulo: Atlas 2003.

LEAL, Carine de Souza. *Quem faz política no município? Perfil social e político dos vereadores do Rio Grande do Sul (2004-2008)*. 2010. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2010.

LEIS, Luciana Pereira; CAVALCANTE, Carolina Miranda. Capital social e suas divergências conceituais. *Revista Estudo & Debate*, Lageado, v. 26, n. 1, p. 56-73, 2019. DOI: <https://doi.org/10.22410/issn.1983-036X.v26i1a2019.1879>.

LERNER, Samara Lima Tavares Mancebo. Entre o moderno e o autoritário, o liberal e o conservador: o projeto de socialização político-ideológico contido na disciplina Estudo de Problemas brasileiros. *Educação & Sociedade*, Campinas, v. 37, n. 137, p. 1029-1044, out./dez. 2016. DOI: <https://doi.org/10.1590/ES0101-73302016166364>.

LIMONGI, Fernando; FIGUEIREDO, Argelina. Bases institucionais do presidencialismo de coalizão. *Lua Nova*, São Paulo, n. 44, p. 81-106, 1998. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0102-64451998000200005>.

LUCHMANN, Lígia Helena Hahn; SCHAEFER, Márcia Inês; NICOLETTI, André Selayaran; Associativismo e repertórios de ação político-institucional. *Opinião Pública*, Campinas, v. 23, n. 2, p. 361-396, maio/ago. 2017. DOI: <https://doi.org/10.1590/1807-01912017232361>.

MACHADO, Amanda. O jovem na política municipal. *Juventude.br*, [s. l.], n. 14, ano 11, p. 23-29, 2016. Disponível em: <https://juventudebr.emnuvens.com.br/juventudebr/article/view/150>. Acesso em: 23 jun. 2017.

MAGALHÃES, Pedro; MORAL, Jesus Sanz. *Os jovens e a política: um estudo do Centro de Sondagens e Estudos de Opinião da Universidade Católica Portuguesa*. [S. l.]: UCP, 2008. Disponível em: https://www.jpn.up.pt/pdf/Os_jovens_e_a_politica.pdf. Acesso em: 23 jun. 2014.

MAINWARING, Scott P. *Sistemas partidários em novas democracias: o caso do Brasil*. Rio de Janeiro: FGV, 2001.

MARTINS, Lúcio Meireles; BARROS, Antonio Teixeira de. Juventude e educação para a democracia: relatos de egressos do Parlamento Jovem Brasileiro. *Revista de Sociologia e Política*, Curitiba, v. 26, n. 66, p. 49-78, jun. 2018. DOI: <https://doi.org/10.1590/1678-987318266603>.

MAYHEW, David R. *Congresso: The Electoral Connection*. New Haven, CT: Yale University Press, 1974.

MENEZES, Igor Gomes; BASTOS, Antônio Virgílio Bittencourt. Bases sociológicas, antropológicas e psicológicas do comportamento organizacional. *Psicologia em Revista*, Belo Horizonte, v. 15, n. 3, p. 200-215, ago. 2009.

MESQUITA, Marcos Ribeiro; BONFIM, Juliano; PADILHA, Erise; SILVA, Ana Cecilia. *Juventudes e participação: compreensão de política, valores e práticas sociais*. *Psicologia & Sociedade*, Maceió, v. 28, n. 2, p. 288-297, 2016. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/1807-03102016v28n2p288>.

MIRANDA, Olinson Coutinho; GARCIA, Paulo César. A Teoria *Queer* como representação da cultura de uma minoria. In: ENCONTRO BAIANO DE ESTUDOS EM CULTURA, 3., 2012, Cachoeira. *Anais* [...]. UFRB, 2012. Disponível em: <http://www.ufrb.edu.br/ebecult/artigos-completos/>. Acesso em: 3 jun. 2014.

MORAES, Filomeno. Executivo e Legislativo no Brasil pós-Constituinte. *São Paulo em Perspectiva*, São Paulo, v. 15, n. 4, p. 45-52, 2001. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0102-88392001000400006>.

MORALES, Rodrigo. *La participación político-electoral de los jóvenes en México*. Instituto Federal Electoral de México, 2009, p. 149-154. Disponível em:

MOREIRA, Jade Neves; SOUZA, Carlos Augusto. Grupos etários e representação política: análise do perfil sociopolítico dos candidatos jovens e idosos nas eleições municipais de 2020 no Brasil. In: FÓRUM BRASILEIRO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA POLÍTICA, 7., 2022, Belo Horizonte. *Anais* [...]. Disponível em: <https://www.even3.com.br/anais/viifbcp/447402-grupos-etarios-e-representacao-politica--a--analise-do-perfil-sociopolitico-dos-candidatos-jovens-e-idosos-nas-el/>. Acesso em: 15 ago. 2023.

MOREIRA, Nathan Busnello; BADALOTTI, Rosana Maria. Participação política de jovens e ações coletivas e espaços institucionalizados de poder. In: SEMINÁRIO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL, 2., 2018, Taquara, RS. Disponível em: <https://www2.faccat.br/portal/sites/default/files/Participa%C3%A7%C3%A3o%20Pol%C3%ADtica%20de%20Jovens.pdf>. Acesso em: 24 ago. 2019.

MOURA, Joana Tereza Vaz de. Dilemas da democracia: a representação política nos novos espaços de participação. *Revista IDeAS*, [s. l.], v. 3, n. 2, p. 170-196, jul./dez. 2009.

NICOLAU, Marconi Jairo; SCHMITT, Rogério Augusto. Sistema eleitoral e sistema partidário. *Lua Nova*, São Paulo, n. 36, p. 129-201, 1995. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0102-64451995000200008>.

NICOLETTI, André Selayaran. *A elite política juvenil pós-constituição de 1988: uma análise da presença jovem na Câmara dos Deputados*. 2018. Tese (Doutorado em Sociologia Política) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2018.

NICOLETTI, André Selayaran. Participação política convencional e não convencional: dois fenômenos contraditórios? *Pensamento Plural*, Pelotas, n. 1, p. 51-64, jul./dez. 2013.

NORRIS, Pippa. Recrutamento político. *Revista de Sociologia e Política*, Curitiba, v. 21, n. 46, p. 11-32, jun. 2013.

NUNES, Brasilmar Ferreira; WELLER, Wivian. A juventude no contexto social contemporâneo. *Estudos de Sociologia: Revista do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFPE*, Recife, v. 9, n. 2, p. 43-57, 2003. Disponível em: <https://periodicos.ufpe.br/revistas/revsocio/article/view/235426>. Acesso em: 3 jun. 2014.

OKADO, Lucas Toshiaki Archangelo; RIBEIRO, Ednaldo Aparecido. Condição juvenil e a participação política no Brasil. *Paraná Eleitoral: Revista Brasileira de Direito Eleitoral e Ciência Política*, [s. l.], v. 4, n. 1, p. 53-78, 2015.

OLIVEIRA, Jorge Lucas Nery de. *A juventude na política: uma avaliação da participação dos jovens para a Câmara de Vereadores na eleição de 2016*. Trabalho apresentado no 12. Encontro da Associação Brasileira de Ciência Política, João Pessoa, 2020.

OLSON, Mancur. *A lógica da ação coletiva: os benefícios públicos e uma teoria dos grupos sociais*. São Paulo: Edusp, 2015.

PAIS, José Machado. A construção sociológica da juventude: alguns contributos. *Análise Social*, [s. l.], v. 25, n. 105-106, p. 139-165, 1990.

PARANHOS, Ranulfo; FIGUEIREDO FILHO, Dalson Britto; ROCHA, Enivaldo Carvalho da; SILVA JÚNIOR, José Alexandre da; FREITAS, Diego. Uma introdução aos métodos mistos. *Sociologias*, Porto Alegre, v. 18, n. 42, p. 384-411, maio/ago. 2016. DOI: <https://doi.org/10.1590/15174522-018004221>.

PEREIRA, Vitor. *Diagnóstico do abandono e da evasão escolar no Brasil*. [S. l.]: Instituto Mobilidade e Desenvolvimento Social, 2022. Disponível em: <https://imdsbrasil.org/wp-content/uploads/2022/06/ImdsA001-2022-DiagnosticoAbandonoEvasaoEscolarBrasil.pdf>. Acesso em: 15 jun. 2023.

PIERSON, Paul. Retornos crescentes, dependência da trajetória (*Path Dependence*) e o estudo da política. *Idéias: Revista do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Unicamp*, Campinas, v. 6, n. 2, p. 335-392, jul/dez. 2015.

RAMOS, Nerize Laurentino; BRITO, Paulo Afonso Barbosa de. Culturas juvenis: Movimentos juvenis: mudanças e esperanças. In: MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. *Educação e movimentos sociais*: Boletim 3. Brasília, DF: TVEscola, 2005. p. 33-39.

REDOLIMORCHÓN, David. La participación política de los jóvenes en la Unión Europea. *Civitas: Revista de Ciências Sociais*, Porto Alegre, v. 4, n. 2, p. 303-336, jul./dez. 2004. DOI: <https://doi.org/10.15448/1984-7289.2004.2.16>.

RIBEIRO, Ednaldo Aparecido. Confiança política na América Latina: evolução recente e

determinantes individuais. *Revista de Sociologia e Política*, Curitiba, v. 19, n. 39, p. 167-182, jun. 2011. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0104-44782011000200012>.

RIBEIRO, Ednaldo Aparecido; BORBA, Julian. *As dimensões da participação política no Brasil*. Biblioteca Digital da Justiça Eleitoral, 2011. Disponível em: <https://bibliotecadigital.tse.jus.br/xmlui/handle/bdtse/2961>. Acesso em: 28 fev. 2023.

RIBEIRO, Ednaldo Aparecido; BORBA, Julian; HANSEN, Jaqueline Resmini. Participação *on-line* e *off-line* no Brasil: relações e condicionantes. *Revista do Serviço Público*, Brasília, DF, v. 67, n. 4, p. 497-523, out./dez. 2016. DOI: <https://doi.org/10.21874/rsp.v67i4.1262>.

RIBEIRO, Eliane. Políticas de juventude no Brasil: conhecimento e percepção dos jovens. In: PINHEIRO, Diógenes; RIBEIRO, Eliane; VENTURI, Gustavo; NOVAES, Regina (org.). *Agenda Juventude Brasil: leituras sobre uma década de mudanças*. Rio de Janeiro: Unirio, 2016. p. 287-307.

RIBEIRO, Renato Janine. Política e juventude: o que fica da energia. In: NOVAES, Regina; VANNUCHI, Paulo (org.). *Juventude e sociedade: trabalho, educação, cultura e participação*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2004. p. 19-33.

RODRIGUES, Paulo Roberto Grangeiro. Influência social, minorias ativas e desenvolvimento moral: ensaio teórico sobre a representatividade política brasileira. *Psicologia & Sociedade*, Taubaté, n. 30, e173402, p. 1-10, 2018. DOI: <https://doi.org/10.1590/1807-0310/2018v30i173402>.

RUARO, Gisele de Cássia Galvão; JOHNSON, Guillermo Alfredo; RAMOS, Flávio. *Participação política em cargos públicos executivos em nível municipal: um estudo de caso*. Trabalho apresentado no Seminário Internacional Fazendo Gênero 8. Florianópolis, 2008.

SALATA, André. Ensino superior no Brasil das últimas décadas: redução nas desigualdades de acesso? *Tempo Social: Revista de Sociologia da USP*, São Paulo, v. 30, n. 2, p. 219-253, maio/ago. 2018. DOI: <https://doi.org/10.11606/0103-2070.ts.2018.125482>.

SAMPAIO, Daniel. Campanhas tradicionais ou modernas: estratégias de gastos nas eleições municipais de 2016. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 36, n. 105, e3610511, p. 1-18, 2021. DOI: <https://doi.org/10.1590/3610511/2020>.

SANTOS, Diego Junior da Silva; PALOMARES, Nathália Barbosa; NORMANDO, David; QUINTÃO, Cátia Cardoso Abdo. Raça *versus* etnia: diferenciar para melhor aplicar. *Dental Press Journal of Orthodontics*, [s. l.], v. 15, n. 3, p. 121-124, May/June 2010.

SANTOS, Luã Gabriel dos; SILVA, Renan Bezerra da; SOUZA, Carlos Augusto da Silva. Juventude e eleições: o limite de votar e ser votado no Brasil. In: CONGRESSO LATINO-AMERICANO DE CIÊNCIA POLÍTICA, 8., 2015, Lima. *Anais [...]*. Disponível em: <https://alacip.org/cong15/pradossantos28c.pdf>. Acesso em: 20 jun. 2016.

SILVA, Enid Rocha Andrade da; VAZ, Fábio Monteiro. Os jovens que não trabalham e não estudam no contexto da Pandemia da Covid-19 no Brasil. *Mercado de Trabalho: Boletim do IPEA*, Brasília, DF, n. 70, p. 105-121, set. 2020. Disponível em: https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/10414/1/bmt_70_jovens_que_nao.pdf. Acesso em: 5 set. 2021.

SILVA, Mariana Costa da; SOUZA, Carlos Augusto da Silva; MOREIRA, Jade Neves. A representação de mulheres negras na política brasileira: um estudo da interseccionalidade entre raça e gênero nas eleições municipais de 2016 e 2020. *Gênero na Amazônia*, Belém, v. 1, n. 23, p. 105-123, jan./jun. 2023.

SINGER, Paul. A juventude como coorte: uma geração em tempos de crise social. In: ABRAMO, Helena Wendel; BRANCO, Pedro Paulo Martoni (org.). *Retratos da juventude brasileira*: análises de uma pesquisa nacional. São Paulo: Instituto Cidadania: Editora Fundação Perseu Abramo, 2005. p. 27-36.

SOUTO, Anna Luiza Salles. Juventude e participação. In: NOVAES, Regina; VENTURI, Gustavo; RIBEIRO, Eliane; PINHEIRO, Diógenes (org.). *Agenda Juventude Brasil*: leituras sobre uma década de mudanças. Rio de Janeiro: Unirio, 2016. P. 265-285.

SOUZA, Alexandre Candido de; MELO, Cláudia Virgínia de Brito. O mercado de trabalho brasileiro diante das perspectivas de envelhecimento da população. In: BRASIL. Câmara dos Deputados. Centro de Estudos e Debates Estratégicos. Consultoria Legislativa. *Brasil 2050*: desafios de uma nação que envelhece. Brasília, DF: Edições Câmara, 2017. p. 19-42. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/a-camara/estruturaadm/altosestudios/pdf/Brasil%202050%20-1.pdf>. Acesso em: 23 jun. 2018.

SOUZA, Carlos Augusto da Silva; SANTOS, Natália Seabra dos. *Participação e representação de jovens na política local*: uma avaliação das candidaturas para as Câmaras de Vereadores nos municípios brasileiros. Trabalho apresentado no 43. Encontro Anual da ANPOCS, Caxambu, 2019.

SPOSITO, Marília Pontes. Algumas reflexões e muitas indagações sobre as relações entre juventude e escola no Brasil. In: ABRAMO, Helena Wendel; BRANCO, Pedro Paulo Martoni (org.). *Retratos da juventude brasileira*: análises de uma pesquisa nacional. São Paulo: Instituto Cidadania: Editora Fundação Perseu Abramo, 2005. p. 87-128.

SPOSITO, Marília Pontes; TARÁBOLA, Felipe de Souza. Experiência universitária e afiliação: multiplicidade, tensões e desafios da participação política dos estudantes. *Educação & Sociedade*, Campinas, v. 37, n. 137, p. 1009-1028, out./dez. 2016. DOI: <https://doi.org/10.1590/ES0101-73302016166158>.

TAROUÇO, Gabriela; MADEIRA, Rafael. Partidos, programas e o debate sobre esquerda e direita no Brasil. *Revista de Sociologia e Política*, v. 21, 2013.

TOMIZAKI, Kimi; SILVA, Maria Gilvania Valdivino. Dinâmica geracional, posições sociais e comportamento político. *Educação & Sociedade*, Campinas, v. 42, e242003, p. 1-18, 2021. DOI: https://doi.org/10.1590/ES.242003_PT.

TOMIZAKI, Kimi; SILVA, Maria Gilvania Valdivino; CARVALHO-SILVA, Hamilton Harley de Carvalho. Socialização Política. *Educação & Sociedade*, Campinas, v. 37, n. 137, p. 929-934, out./dez. 2016. DOI: 10.1590/ES0101-73302016171151.

VENTURI, Gustavo; BOKANY, Vilma. Maiorias adaptadas, minorias progressistas. In: ABRAMO, Helena Wendel; BRANCO, Pedro Paulo Martoni (org.). *Retratos da juventude brasileira*: análises de uma pesquisa nacional. São Paulo: Instituto Cidadania: Editora Fundação Perseu Abramo, 2005. p. 351-446.

VIEIRA, Bruno; Claudia MAYORGA. Juventude, ativismo político, políticas públicas e a confusão que é articular isso tudo. *Revista de Psicologia para América Latina*, [s. l.], n. 32, p. 107-117, out. 2019.

ZORDAN, Eliana Piccoli; FALCKE, Denise; WAGNER, Adriana. Casar ou não casar? Motivos e expectativas com relação ao casamento. *Psicologia em Revista*, Belo Horizonte, v.15, n. 2, p. 56-76, 2009.